



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DAYANE KATRINE DE AZEVEDO COSTA

Espaços Públicos para as mulheres em contexto de vulnerabilidade social

BELÉM – PA

2019

DAYANE KATRINE DE AZEVEDO COSTA

Espaços Públicos para as mulheres em contexto de vulnerabilidade social

Projeto de pesquisa apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, referente à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Duarte Cardoso.

BELÉM – PA

2019

Trabalho de Conclusão de Curso

Espaços Públicos para as mulheres em contexto de vulnerabilidade social

Autora: Dayane Katrine de Azevedo Costa

BANCA EXAMINADORA

Ana Cláudia Cardoso Duarte

(PhD, Oxford Brookes University, Reino Unido.

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

Orientadora

Luiz de Jesus Dias da Silva (PhD, PPGSA do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
IFCH/UFPA.

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

Examinador Interno

Maria Antonia Cardoso Nascimento

(PhD, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social)

Examinadora Externo

Alice da Silva Rodrigues Rosa

(Mestre, Universidade de Brasília, UNB. Universidade da Unama)

Examinadora Externa

Conceito: _____ em ____/____/____

Agradecimentos

Começo pensando no quanto as mulheres foram importantes e são importantes em toda minha história, a força que carrego em mim, tem muito de cada mulher que passou pela minha vida, a começar pela minha mãe Cilda, que está sempre ao meu lado mesmo morando longe, a ela minha eterna gratidão e amor.

Minha irmã Sara que me incentivou de várias maneiras, com seu carinho, força, me ouviu nos momentos de saudade e não deixou eu desistir nas horas mais críticas, a ti todo meu amor.

A minha orientadora Prof.^a Ana Cláudia, que aceitou embarcar comigo nessa pesquisa, por me motivar e apoiar nessa jornada, meus agradecimentos.

A minha segunda família que me acolheu, me apoiou e tornou esse trabalho final da graduação possível: Denise, Lana, Huiny, Heloísa, Sibely, Jucelly vocês me deram força para continuar em diversos momentos dessa caminhada, esse trabalho não seria completo sem vocês.

Agradeço a Maria Ecila, Maria Elci, Mahena e Lana por me deixarem entrar na sua casa e conhecer um pouco do seu cotidiano e experiências diárias, muito obrigada.

A minha tia e tio, Ozileide e Delson, por me acolherem em sua casa e me ajudarem nesse momento da minha vida e também ao meu pai que tornou essa jornada possível.

Dizem que ninguém entra no mesmo rio duas vezes, porque um rio nunca é o mesmo, assim eu agradeço a todos que me atravessaram de alguma forma e seguem atravessando nessa jornada da vida.

Com amor, Katrine.

LISTA

FIGURAS

Figura 1 – Localização do Bairro do Barreiro. Fonte: Google Earth, 2019.....	31
Figura 2 – Imagens da rua Miramar, ambas no bairro do Barreiro. Fonte: Google Maps, 2012.....	33
Figura 3 – Morfologia determinante 1 e 2. Elaboração: autora. Fonte: CTM, 2000.....	34
Figura 4 – Detalhamento da determinante 1 e 2. Elaboração: autora. Fonte: CTM, 2000.....	34
Figura 5 – Ruas onde passam linhas de ônibus. Fonte: CODEM, 2002.....	35
Figura 6 – Mapa das unidades de saúde. Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2016. Dados: Autora.....	36
Figura 7 – Mapa do raio de abrangência de escolas do primeiro grau. Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2016. Dados: Autor, 2019.....	36
Figura 8 – Mapa do raio de abrangência de escolas de segundo grau. Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2016. Dados: Autora.....	37
Figura 9 – Mapa do raio de abrangência da Feira do Barreiro e da Feira de São Benedito. Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2016. Dados: Autora.....	37
Figura 10 – População do sexo feminino residente do bairro do Barreiro. Fonte: IBGE, 2010.....	38
Figura 11 – Em vermelho o caminho percorrido com a moradora. Fonte: Google Earth, 2018.....	38
Figura 12 – Acúmulo de lixo na esquina da Cosanpa, em frente a Bacia do Una. Fonte: Google Maps, 2018.....	39

Figura 13 – Muro pertencente ao Clube Aseel. Fonte: Google Maps, 2012.....	40
Figura 14 – Canal do Jacaré, atualmente as calçadas estão mais degradadas. Fonte: Google Maps, 2012.....	41
Figura 15 – Trajeto percorrido pelas entrevistadas. Ilustração: Lana Miranda. Elaboração: Autora, 2019.....	46
Figura 16 – Fala das moradoras sobre o que gostariam que tivesse no bairro. Ilustração: Lana Miranda. Elaboração: Autora, 2019.....	47
Figura 17 – Equipamentos Urbanos existente no Bairro. Elaboração: Heloisa Assis e Autora. Fonte: Google Earth, 2019.....	53
Figura 18 – Proposta de novos equipamentos urbanos parte I. Elaboração: Heloisa Assis e Autora. Fonte: Google Earth, 2019.....	54
Figura 19 – Propostas de novos equipamentos urbanos parte II. Elaboração: Heloisa Assis e Autora. Fonte: Google Earth, 2019.....	55
Figura 20 – (a) Situação na rua do canal; (b) Como poderia ser. Fonte: Google Maps, 2012. Ilustração: Lana Miranda, 2019.....	56
Figura 21 – (a) Situação na área dos portos; (b) Como poderia ser. Fonte: Google Maps, 2012. Ilustração: Lana Miranda, 2019.....	57
Figura 22 – (a) Situação nos terrenos subutilizados no litoral; (b) Como poderia ser. Fonte: Google Maps, 2012. Ilustração: Lana Miranda, 2019.....	57
Figura 23 – (a) Situação no lado oposto aos portos; (b) Como poderia ser. Fonte: Google Maps, 2012. Ilustração: Lana Miranda, 2019.....	58
Figura 24 – (a) Situação ao lado do Canal do Jacaré; (b) Como poderia ser. Fonte: Google Maps, 2012. Ilustração: Lana Miranda, 2019.....	59

TABELA

Tabela 1 – Vivências das mulheres no bairro do Barreiro. Elaboração: Autora, 2019.

.....45

SUMÁRIO

1 TÍTULO DO TRABALHO.....	9
2 JUSTIFICATIVA.....	9
3 OBJETIVOS.....	13
3.1 Objetivo geral.....	13
3.2 Objetivo específico.....	13
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	13
5 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
5.1 Espaço público e gênero: a questão da mulher no contexto urbano.....	14
5.2 Espaço público	18
5.3 O Corpo como Território e Casa.....	26
5.4 Escolha da Área.....	30
5.5 Relação entre mulheres e o bairro.....	41
5.5 Estratégias e Propostas.....	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

1 TÍTULO DO TRABALHO

Espaços Públicos para as mulheres em contexto de vulnerabilidade social

2 JUSTIFICATIVA

A escolha da temática de gênero foi motivada pela vivência da autora como mulher que cresceu em uma família de migrantes e foi se estabelecendo em mais de uma cidade. Primeiro o avô veio do Ceará para o Acre como soldado da borracha em 1941 e constituiu família em Santarém, localizado no Oeste do Pará com a mulher que também era cearense. Após viver no Oiapoque, em Santarém e em Belém, a autora constatou que a cidade é vivenciada de forma diferente pelas mulheres ao perceber que a falta de infraestrutura urbana, de iluminação, e de políticas públicas em geral atinge bem mais a população feminina que vive, além disso, a violência territorial, de gênero, raça e classe. No decorrer da sua trajetória de vida, a autora também percebeu que essa violência urbana é mais gritante no contexto de fronteira, longe da capital e dos serviços básicos.

Segundo estudo divulgado pela UNODC Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes no Brasil (2018), há no país uma taxa de 4 mulheres mortas para cada grupo de 100 mil mulheres, ou seja, taxa 74% superior à média mundial (UNODC, 2018). Também segundo pesquisa do Datafolha, encomendada pela ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) para avaliar o impacto da violência contra as mulheres no Brasil, pode-se observar que a desigualdade racial pode ser vista quando se verifica a proporção de mulheres negras entre as vítimas de violência letal: estas são 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017 (FÓRUM, 2017). Os dados demonstram como o legado escravocrata ainda está presente no Brasil e como a violência entre as mulheres negras é superior em relação às não negras, com destaque para a falta de políticas públicas em resposta para dados tão graves (FRANCO, 2019).

Belém não fica atrás quanto aos dados de violência contra a mulher, apesar de ser a cidade mais populosa do Estado, com uma população de 1 485 732 habitantes (IBGE, 2018). A cidade de Belém se consolidou durante o ciclo da borracha, quando novos bairros foram urbanizados e populações de várias regiões do país migraram para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida, gerando um crescimento desordenado e vários problemas sociais (CARDOSO & LIMA, 2015).

Segundo os dados da Datafolha (2019), o Pará, em 2017, teve taxa de homicídio de 7,5 para cada 100 mil mulheres, taxa que só vem aumentando em relação aos anos anteriores. Segundo a Polícia Civil, no ano de 2018 foram mais de 14 mil relatos de agressão registrados apenas na Região

Metropolitana de Belém, o Pará é o sétimo Estado com mais mulheres vítimas de homicídios e o oitavo em número de feminicídios (SOTÉR & MAIA, 2019).

A partir desses dados pode-se perceber que tanto na vida privada como na pública a mulher corre risco de sofrer violências de gênero, seja sofrendo assédio dentro de ônibus, em ruas mal iluminadas ou dentro da sua casa pelos seus próprios companheiros. Segundo o Observatório de Gênero (S/D), as mulheres lésbicas e bissexuais podem sofrer variados tipos de violência pela sua orientação sexual, que vão desde agressões físicas, verbais, psicológicas, até estupros corretivos (com intuito de forçá-la a mudar sua orientação sexual). Além disso, mulheres transexuais também sofrem preconceitos e violências dos mais diversos, entre elas nas próprias instituições – em ambientes de trabalho e nos serviços de saúde (OBSERVATÓRIO..., S/D).

O assédio e a violência mudam a forma que a mulher transita na cidade, faz ela escolher caminhos mais longos pensando na sua segurança, o que resulta em necessidades diferentes de acesso, pensando na falta de iluminação pública, de transportes públicos e paradas de ônibus seguros, bem como ampliar o olhar para os serviços urbanos, isso molda a forma como ela usa a cidade. Proporcionar soluções às múltiplas formas de violência contra as mulheres é trazer dignidade e uma vida mais justa para elas, pois a mulher deve ser livre para andar e não sofrer violência na rua ou dentro de casa. Um país que coíbe, pune e erradica todas as formas de violência gera uma sociedade mais justa e igualitária para homens e mulheres (OBSERVATÓRIO..., S/D).

Ao olhar sob a ótica de gênero no planejamento urbano, pode-se observar também a pouca participação da mulher em todo o processo de construção das cidades, desde o início da história do urbanismo (RODRIGUES, 2017). A construção histórica do urbanismo esteve sendo pensada em sua maioria por homens, o que gera poucos olhares que planejem a cidade por diferentes ângulos e perspectivas. O urbanismo se restringe a uma visão generalista de mundo, enquanto se vive pluralidades de culturas e vivências que devem também fazer parte na construção das suas cidades (MUXÍ, 2013).

Segundo Greed (1994 apud Muxí 2013, p.58) o urbanismo tem desenvolvido políticas pensando em uma falsa neutralidade e igualdade, projetadas a partir de experiências masculinas. As mulheres representam 51% da população mundial, mas não estão inseridas no planejamento urbano e são vistas como minorias. Existem exemplos de modelos de urbanização suburbano (áreas nos arredores, periferias da cidade) publicado no livro *La mística de la feminidad*, de Betty Friedan (1963 apud Muxí 2013, p.58), que vai evidenciar as consequências do modelo de urbanização suburbano e como eles afetam negativamente a vida das mulheres. No final da década de 1970, os campos de estudos passam a refletir as omissões causadas pela falta de atenção nas discussões de gênero, ao passo que apareceram novas publicações sobre o papel das mulheres como amas das

casas dos subúrbios de classe média ou sobre a situação das mulheres pobres e negras (MUXÍ, 2013).

A visão de um urbanismo igual para todos, no quesito necessidades iguais, só mantém uma máscara que prioriza os temas relacionados aos direitos masculinos em detrimento dos demais. O direito à cidade ainda é pensado tomando como prioridade o mundo público, a participação do mercado e os espaços atribuídos aos homens, ou seja, espaços que são considerados domésticos e femininos não estão incluídos na categoria de cidadania. No urbanismo tem-se priorizado as esferas produtivas (econômica, que gera capital) e se tem valorizado muito pouco a esfera reprodutiva (atividades domésticas e sem remuneração), isso cria espaços que dificultam a vida cotidiana de todas as pessoas, e em particular as mulheres. (MUXÍ, 2013).

Para Muxí (2013) é preciso repensar os entornos e espaços urbanos pela perspectiva de gênero e isso não é pensar somente nas mulheres, mas pensar em um entorno em todos os seus detalhes, através de todas as escalas, levando em consideração a complexidade e diversidade, sem dar prioridades exclusivas a esfera produtiva, econômica das pessoas. Sob essa perspectiva se constroem entornos que não perpetuam as desigualdades de classe, gênero, raça, idade ou capacidade física.

Belém tem historicamente uma economia baseada no comércio e serviços e em constante crescimento da informalidade nesse setor. O aumento da metrópole no final do século XIX e início do XX, intensificou a migração de trabalhadores para o centro, que passaram a morar nos terrenos mais baixos, próximos de rios e em condições precárias de infraestrutura e saneamento, o que gerou disparidades sócio espaciais em relação as áreas próximas e estruturadas da cidade (CARDOSO et al., 2015).

A escolha da área de estudo foi feita pensando nesse tipo de periferia que está geograficamente próxima do centro urbano - estruturado e com acesso a serviços e equipamentos - e apesar dos moradores estarem próximos desse centro, vivem uma disparidade de realidade espacial, estrutural e social. A escolha desse território é importante para entender como a mulher vai experienciar esse espaço que vivencia e ocupa cotidianamente, para entender os espaços públicos através da sua corpografia e projetar novas formas de intervenção urbana.

A pesquisa vai levar em consideração as experiências cotidianas da mulher que vive na periferia urbana de Belém do Pará, mais especificamente no Bairro do Barreiro, pois para entender a experiência urbana e a experiência corporal das cidades, é preciso entender a corpografia como “um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que

fica inscrita mas também configura o corpo de quem a experimenta” (JACQUES, 2008). O geógrafo Milton Santos (1996) fala da noção de corporeidade ou corporalidade.

é uma dimensão objetiva que dá conta da forma com que eu me apresento e me vejo, que dá conta também das minhas virtualidades de educação, de riqueza, da minha capacidade de mobilidade, da minha localidade, da minha lugaridade, há dimensões que não são objetivas, mas subjetivas; aquelas que têm a ver com a individualidade e que conduzem a considerar os graus diversos de consciência dos homens: consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós (SANTOS, 1996, p. 10).

Para a partir daí indicar as lacunas de atendimento dos espaços públicos no município, e identificar situações que demandam soluções de redesenho urbano, que serão tomados como objeto de intervenção, buscando a oferta de parâmetros de espaços públicos mais inclusivos, capazes de gerar ruas mais seguras para mulheres, por meio da sua infraestrutura, transporte e equipamentos urbanos, gerando como consequência, uma cidade mais segura para toda a comunidade.

Dito isso, este trabalho de conclusão de curso pretende analisar os espaços públicos para as mulheres, em especial as que vivem em contexto de vulnerabilidade social, no município de Belém. O trabalho oferecerá uma breve introdução e contextualização dos processos de planejamento urbano e a sua relação com a mulher no decorrer da história, para verificar se as ferramentas de planejamento urbano preveem o atendimento das necessidades das mulheres, na promoção da diversidade de apropriação e fomento de segurança nesses espaços.

Como caminho teórico da pesquisa, recorro aos estudos de Silvia Federici (2017), que realiza uma análise histórica do período do feudalismo ao capitalismo do papel do Estado como regulamentador da opressão feminina, importante para entender como a sociedade se constituiu na cidade; e no âmbito do desenho urbano tomo a obra de Muxí (2013) que analisa o urbanismo sob a perspectiva de gênero na vida cotidiana, para aproximar a temática; sobre Belém me embasei nas pesquisas do urbano na Amazônia de Cardoso e Lima (2015).

A metodologia de estudo se embasa no conceito de Rizoma de Gilles Deleuze e Félix Guattari 1976, procura entender o desenvolvimento das favelas, dos seus territórios e do corpo como casa (JACQUES, 2001). Além da tese de doutorado de Pereira (2019) que fala sobre corpo, discurso e território, através das narrativas de Carolina Maria de Jesus, o artigo de Jacques (2008) intitulado Corpografias Urbanas complementa ao falar do corpo no território, e para aproximação com a sociabilidade das ruas foi utilizado o artigo de Gloria Levitas - Antropologia e sociologia das ruas (ANDERSON, 1986).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Propor uma agenda de intervenção em espaços públicos a partir do recorte de gênero, levando em consideração a experiência urbana da mulher a partir da experiência corporal da cidade, tendo em vista a dificuldade das mulheres, em especial as que vivem em contexto de vulnerabilidade social, de acessar e participar ativamente desses espaços.

3.2 Objetivos específicos:

- Introduzir e contextualizar os conceitos do Planejamento urbano e a sua relação com a mulher na construção da cidade;
- Verificar a experiência urbana da mulher a partir da sua experiência corporal na cidade, usando o caso do Bairro do Barreiro;
- Propor o redesenho urbano de áreas selecionadas, como parâmetro de inclusão em espaços públicos, capazes de favorecer a participação, protagonismo e empoderamento da mulher.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O trabalho será desenvolvido em 5 etapas:

1. Elaboração do plano de trabalho, delimitação do objeto, justificativa, objetivo geral, objetivos específicos, metodologia.
2. Pesquisa Bibliográfica e documental: Introduzir e contextualizar os conceitos do Planejamento urbano e a sua relação com a mulher na construção da cidade.
3. Coleta de dados secundários, levantamento de dados socioeconômicos e socioespaciais (IBGE), seleção de áreas de intervenção.
4. Pesquisa de campo – observação, registro fotográfico; pesquisa em sites da prefeitura e reportagens sobre padrões de apropriação das áreas selecionadas.
5. Consolidação de dados, caracterização espacial das áreas, apresentação dos perfis de moradores, validação de diretrizes com moradoras.
6. Elaboração da proposta do redesenho urbano.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 ESPAÇO PÚBLICO E GÊNERO: A QUESTÃO DA MULHER NO CONTEXTO URBANO

Analisar a cidade através de uma perspectiva de gênero é entender que existem desigualdades entre homens e mulheres na sociedade; tal análise é uma ferramenta política utilizada para visualizar, analisar, avaliar e transformar essa estrutura imposta pelas relações de poder entre os sexos (CIOCOLETTO et al., 2013). Nesse sentido, este trabalho de conclusão de curso visa justamente trazer para o centro das discussões acadêmicas de Arquitetura e Urbanismo a possibilidade de se pensar uma estrutura urbana que compreenda a circulação das mulheres nos espaços públicos da cidade, em especial as de média e baixa renda, que sofrem mais intensamente com a violência exposta na sociedade em geral, especificamente das mulheres que moram no norte do país e em particular, do município de Belém.

Segundo Ciocoletto et al. (2013) o sexo é característica biológica-para homens e mulheres, já o gênero é uma categoria analítica usada para estudar os papéis e relações de poder desiguais entre homens e mulheres. As relações de poder foram fruto de criações sociais e culturais impostas por normas sexuais dominantes e que estabelecem estereótipos e papéis de gênero para se viver em sociedade. Apesar dos papéis de gênero mudarem com o tempo, pois são construções sociais e estão em constante dinâmica, e de se diferenciar em diferentes contextos socioeconômicos, culturais e territoriais, uma estrutura de poder desigual entre homens e mulheres ainda é mantida.

A luta contra as estruturas de poder é histórica e acontece em diferentes momentos na sociedade. No período do feudalismo (entre os séculos V e XV) houve inúmeras rebeliões organizadas para desafiar as normas sexuais dominantes e tentar estabelecer relações mais igualitárias entre homens e mulheres (FEDERICI, 2017). No período feudal foram várias as revoltas contra o clero, a fome, a peste negra entre outras, isso desencadeou novas configurações de poder, entre estas a ascensão do proletariado, e a ascensão do capitalismo no início do século XV aproveitando a crise do poder feudal.

A Europa estava passando por inúmeras rebeliões e vários movimentos sociais se juntaram para lutar contra o feudalismo, pregando uma sociedade mais igualitária. Em 1525, uma guerra chamada “guerra dos camponeses” que reuniu muito mais do que camponeses, mas vários trabalhadores, desencadeou a formação de cidades comunistas que pregavam um comunismo cristão e procuravam viver sem individualismo econômico (FEDERICI, 2017).

A história mostra que a sociedade luta para viver em cidades mais igualitárias desde muito tempo, mas as estruturas de poder avançam com mais força em detrimento da maioria. O capitalismo se sobressaiu nesse período de transição do feudalismo, subjuguando a resistência dos

trabalhadores, que ameaçavam essa recente economia. Segundo Federici (2017), a história das mulheres e da reprodução foi de suma importância para que acontecesse a transição do feudalismo para o capitalismo, as mudanças desse período introduziram as mulheres no contexto produtivo, principalmente as proletárias, seja na Europa ou na América, com a instauração de novas formas de divisão da força de trabalho.

Até então as atividades domésticas e reprodutivas não eram desvalorizadas na aldeia feudal, e as mulheres não possuíam relações sociais diferentes das dos homens, como aconteceu na economia monetária, apesar da igreja ainda pregar que a mulher fosse submissa ao seu marido. As terras que eram comuns a todos, eram importantes para as mulheres que apesar de terem menos direitos sobre a terra e menos poder social, tiravam de lá sua subsistência, autonomia e sociabilidade, mas essa função social mudou com a chegada da indústria artesanal (FEDERICI, 2017).

Segundo Federici (2017), a indústria artesanal tinha como finalidade aproveitar a grande reserva de trabalhadores, devido aos cercamentos – que privatizaram as terras e eliminaram seu uso comum deixando um contingente enorme de trabalhadores sem o seu meio de sobrevivência. Foi assim que surgiu o “sistema doméstico”, sistema que os capitalistas utilizaram para distribuir para as famílias lã ou algodão para fiar ou tecer, e depois recolher o produto pronto, esse sistema doméstico com o tempo deu origem à indústria têxtil britânica.

Essa estratégia foi muito lucrativa para os empregadores, pois além de evitar que os trabalhadores se reunissem em prováveis rebeliões, barateava o custo de trabalho, pois no lar já possuía os serviços domésticos gratuitos e os filhos e esposas estavam na produção como ajudantes, recebendo salários bem baixos. As mulheres foram sendo confinadas ao trabalho reprodutivo, justo no momento que esse trabalho estava sendo mais desvalorizado, pois houve o desaparecimento da economia de subsistência, a produção voltada para o uso, terminou com a crescente ascensão do capitalismo (FEDERICI, 2017).

Os papéis de gênero foram se consolidando no novo regime monetário e tiveram seu auge no século XIX, período que sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo sem valor de mercado, na figura da dona de casa, cuidadora do lar, que educa seus filhos e supre as necessidades do marido, função exercida em tempo integral sem remuneração. Isso redefiniu a posição das mulheres na sociedade em relação aos homens, aumentou sua dependência e permitiu que o Estado e patrões usassem o salário masculino como instrumento de poder em relação ao trabalho das mulheres (FEDERICI, 2017).

Esse novo instrumento de poder que o capitalismo trouxe, gerou um forte processo de degradação social nas mulheres, que foi crucial para a acumulação de capital e é mantido até hoje.

Continua reproduzido e ensinado cotidianamente; por exemplo, o papel de esposa servil e submissa ao marido foi transmitida através de publicidade e outros meios de comunicação entre os anos 1940 e 1960 em diferentes países (CIOCOLETTO et al., 2013). Esta estratégia de construção de assimetrias entre os gêneros continua a ser reproduzida na publicidade atual através de imagens que instigam a violência contra mulheres, que objetificam a figura feminina muitas vezes de forma racista, enaltecendo o padrão branco, ou mesmo culpabilizando a vítima de violência, e estabelecendo padrões sociais que legitimam a violência sofrida por elas (ANJOS & ARRAES, 2015).

A separação social dos sexos entre vida pública e vida privada, que o capitalismo provocou na economia industrial, embasou o processo de inferioridade das mulheres com mais força do que antes como pode ser observado adiante:

À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. (DAVIS, 2016, p. 24)

Essas referências sociais que foram historicamente moldados pelo capitalismo aumentaram a violência na vida das mulheres tanto na esfera pública como na privada. Nesse sentido não se pode deixar de fazer o recorte de raça e classe, pois enquanto às mulheres brancas em posição social estável restava a vida como esposa, mãe e dona de casa, as mais pobres e não brancas que foram escravizadas sofriam com a mercantilização do seu corpo, seus filhos eram vistos como mercadorias, sofriam abusos sexuais dos senhores da terra, trabalhavam na lavoura sem distinção de gênero e após a abolição da escravidão restou-lhes o trabalho doméstico, de amas de leite e babás dos filhos das mães brancas (DAVIS, 2016).

No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. [...] as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. (DAVIS, 2016, p. 19).

O estupro reservado às mulheres, era uma arma de dominação, de repressão, que perpassa a história. Segundo Federici (2017) no final do século XV houve uma política sexual em que as autoridades políticas praticamente descriminalizaram o estupro quando as vítimas eram mulheres de classe baixa. Esse modo de dominação masculina se repetiu em muitos momentos desde a transição do feudalismo para o capitalismo, outro exemplo eram os estupros durante a Guerra do Vietnã que revistavam as mulheres “com o pênis”, se tornou a arma de terrorismo para as mulheres que lutavam contra a guerra, em retaliação os militares destinavam a elas o estupro, essa função do estupro também se aplica ao racismo como afirma Davis (2016):

Da mesma forma que o estupro era um elemento institucionalizado de agressão ao povo vietnamita, concebido com a intenção de intimidar e aterrorizar as mulheres, os proprietários de escravos encorajavam seu uso terrorista para colocar as mulheres negras em seu lugar. (DAVIS, 2016, p.37)

Essa trajetória é muito relevante para a compreensão da realidade vivida no Brasil, um país com altas taxas de desigualdade social, de gênero e raça; segundo dados da UNODC (2018) no Brasil há quatro mulheres mortas para cada grupo de 100 mil mulheres, uma taxa 74% superior à média mundial. Segundo o Atlas da Violência (2019) no Brasil em 2017, houve um crescimento de homicídios femininos, com cerca de 13 assassinatos por dia. Quando se compara as vítimas de homicídio entre mulheres negras e brancas pode-se observar que além das mulheres negras sofrer com o sexismo, sofrem com o racismo, pois esses mesmos dados indicam que a taxa de homicídio entre elas cresceu 29,9% entre 2007 e 2017 enquanto que as mulheres brancas teve o crescimento de 1,6%, mostrando a desigualdade racial que o país ainda vive.

Essas desigualdades, herança da escravidão e de uma supremacia masculina branca, são evidenciadas pelos números, e demonstram as vulnerabilidades que as mulheres sofrem, e mais especificamente, as mulheres não brancas e de baixa renda, que convivem com violências de gênero, raça e classe. Esses dados vão se refletir em toda a vida cotidiana dessas pessoas, diminuir seus acessos a melhores salários, a educação, a espaços de lazer, a melhores infraestruturas, sujeitando-as a condições de moradias precárias e a um maior contexto de violência dentro e fora de casa.

Para contextualizar melhor, o Ipea (2017) publicou um estudo sobre as desigualdades de Gênero e Raça no Brasil em 20 anos:

As mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana. [...] Em relação às atividades não remuneradas, mais de 90% das mulheres declaram realizar atividades domésticas (Site Ipea, 2017).

Esses dados foram pouco alterados no decorrer desses 20 anos, o estudo também observou que apesar das mulheres exercerem atividade remunerada, não deixavam de se dedicar ao trabalho doméstico. Quanto ao salário, os homens brancos ganham mais, seguido das mulheres brancas, homens negros e por último as mulheres negras, o que demonstra quem sofre mais vulnerabilidade social e vai sofrer mais com a violência de gênero. Demonstra também que pouco se avançou em políticas públicas voltadas para gênero e raça, que pense em resolver o racismo em todas as camadas, seja política, econômica, social, bem como na segurança pública que vai além de uma polícia punitivista e vai atingir diretamente a população negra e de baixa renda (CAU/RS, 2017).

Não se pode falar em estruturas de poder e em violências de gênero, sem deixar de mencionar as violências sofridas pelas mulheres LBT (Lésbicas, Bissexuais e Trans). Segundo a

Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) que recebe informações sobre os atos de violência sexual ou familiar sofridos pela população LGBT constatou que em todo o continente americano as mulheres LBT são as que correm mais risco de violência, pois sofrem com a misoginia e a desigualdade de gênero na sociedade (REDAÇÃO..., 2014).

Monitoramentos da Redação Lado A (2014) e a OEA constataram que, dos 594 assassinatos de LGBTs ocorridos na América entre janeiro de 2013 e março de 2014, 336 foram registrados no Brasil. O Dossiê: Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexual no Brasil de 2018, mostra que ocorreram 163 assassinatos de pessoas trans, sendo que 158 foram de travestis e mulheres transexuais. No geral os dados mostram que são jovens, em contexto social precário e atingem mais trans negras, além de demonstrarem que 97,5% dos assassinatos foram contra pessoas trans do gênero feminino (BENEVIDES & NOGUEIRA, 2019).

A falta de pesquisas e dados oficiais e estatísticos relacionados às violências sofridas pela população LGBT mostra como esse problema é invisibilizado. Segundo o Atlas da Violência (2019) não se tem dados nem sobre o tamanho da população LGBTI+, uma vez que o IBGE não faz perguntas sobre orientação sexual nas suas pesquisas, o que impossibilita a consolidação de dados mais precisos sobre a violência contra esse grupo social. Restam os registros do Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan); porém, sem dados oficiais aprofundados, pouco se pode avançar em políticas públicas voltadas para esse grupo.

Quando se analisa os dados de violência contra a mulher em Belém percebe-se que a situação está entre as piores no país. Segundo o Atlas da Violência (2019), o número de homicídios de mulheres no Pará só vem aumentando desde 2014, mas se comparado ao número de homicídios de mulheres negras, aumentou em todos os anos estudados – entre 2007 a 2017. A pesquisa mostra também que 44,7% das mulheres no país morrem na rua/estrada e 39,2% foram mortas em casa, o que demonstra que as inseguranças estão presentes em todos os lugares (LISBOA, 2019).

5.2 ESPAÇO PÚBLICO

Antes de se falar em espaços públicos sensíveis ao gênero, é preciso explicar sobre algumas definições de espaços públicos. Para Indovina (2002) o espaço público é como o fundador da cidade, para isso pode-se levar em consideração três pontos de vista:

representa a condição para que se possa realizar a vida urbana [...] constitui um factor importante de identificação (e também de identidade), isto é, conota os lugares, dá-lhes forma representativa, assumindo muitas vezes a conotação de um “símbolo” [...] a “cidade

é o lugar da palavra” [...] o espaço público é o lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos (INDOVINA, 2002, pág. 119).

Para Leite (2008) apesar do espaço público estar inserido no espaço urbano, seu significado ultrapassa a rua como algo apenas estruturante, pois rua vai ser rua, vazia ou não, já a rua como um espaço social acontece através de ações que trazem sentidos:

Um espaço público, como categoria sociológica da vida política da cidade, estrutura-se pela presença de *ações* que atribuem sentidos a certos espaços urbanos. A dimensão propriamente conflitante é, pois, inerente à estruturação do espaço público, na medida em que ele pode ser traduzido como o espaço do discurso, da ação política e da diferenciação (LEITE, 2008, pág. 51).

Como pode-se observar Indovina (2002) e Leite (2008) falam que os espaços públicos são um lugar de ação e identidade social, onde se expressa a socialização de diferentes grupos sociais, culturais e políticos e isso vai influenciar na sensação de pertencimento ou não em relação a esse espaço, vai moldar e determinar a forma como cada pessoa vivencia a cidade. Assim, a cidade como um produto social, se organiza e se estrutura seguindo também os moldes determinados pelos papéis de gênero e político-ideológico.

Quando se volta para os espaços públicos, percebe-se como ele está diretamente ligado às divisões sexuais de trabalho, que atribuem esses espaços ao domínio masculino e influenciam diretamente a forma como a cidade é pensada. Ou seja, o homem está associado ao papel da vida pública, produtiva de trabalho assalariado e vai exercer uma posição de poder por conta disso, enquanto a mulher está associada à vida privada, reprodutiva não remunerada e está encarregada aos cuidados da família.

Simmel (1993) em seu artigo já relatava de uma forma menos polarizada e tentava mostrar como as mulheres poderiam contribuir em uma sociedade que foi construída e pensada por visões masculinas:

essa cultura, que é a nossa, se revela inteiramente masculina, com exceção de raros domínios. A indústria e a arte, o comércio e a ciência, a administração civil e a religião foram criação do homem, e não só apresentam um caráter objetivamente masculino, como, ademais, requerem, para a sua efetuação repetida sem cessar, forças especificamente masculinas (SIMMEL, 1993, pág. 70).

Historicamente as mulheres estão sendo excluídas das esferas públicas e do processo de construção dos espaços urbanos da cidade, e em especial as que exercem duplas funções, em casa e no trabalho, isso influencia diretamente no desenho e no planejamento desses espaços e em como elas os vivenciam (FEDERICI, 2017).

O Governo Federal (BRASIL, 2017) mostra que há uma tolerância social quanto às violências sofridas por mulheres nos espaços públicos, a pesquisa relata que a violência é

naturalizada no espaço privado, no ambiente de trabalho e também nos espaços públicos – ruas, transportes coletivos – a sociedade no geral tem tolerância a essas violências, que vão desde a violência verbal, até a violação do corpo quando a mulher é tocada, agarrada ou beijada sem seu consentimento.

Normalizar o assédio faz com que os indivíduos que agredem as mulheres se sintam amparados pela sociedade, pois a naturalização legitima essa violência em vez de gerar um constrangimento e revolta de todos que presenciam, muitas vítimas desse tipo de assédio não encontra apoio na própria sociedade, e muitas vezes as pessoas acabam nem percebendo que viveram uma violência confundida como uma “cantada”.

Contudo, a crise econômica no Brasil tem gerado novas configurações nos papéis de gênero, segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) entre 2014 e 2016 o desemprego atingiu 14,2 milhões de pessoas, apesar das configurações das cidades ainda assumir papéis que ajudam na divisão sexual do trabalho e que tem como base essa dicotomia defasada de público/privado e masculino/feminino, o questionamento dessa dicotomia leva em consideração as novas formas de trabalho remunerado. Segundo análises do professor Marcelo Neri, diretor do centro de políticas sociais da FGV baseadas em dados do Pnad (2017), e divulgadas pela BBC News, as mulheres tiveram aumento na renda, horas trabalhadas e participação no mercado de trabalho (FAGUNDEZ, 2019).

Segundo o Pnad (2017), entre o segundo trimestre de 2015 e o segundo trimestre de 2018, a renda das mulheres casadas cresceu 17,9% enquanto os que eram os principais responsáveis pelo domicílio, sendo maioria homens, caiu para 10,3%. Apesar dos dados mostrarem uma melhora no salário e uma maior demanda da mulher no mercado de trabalho, os seus rendimentos salariais ainda são menores que os dos homens. Em períodos de crise, os empregadores preferem contratar mulheres pois elas recebem salários menores que os dos homens e, no geral, aceitam condições piores de trabalho ou sem carteira assinada (FAGUNDEZ, 2019).

Apesar da pequena melhora e avanço da autonomia financeira da mulher, tradicionalmente elas sempre ganharam salários menores. Dados da Pnad de 2017 mostram que os homens ganhavam em média 29,7% a mais do que as mulheres (FAGUNDEZ, 2019). Porém quanto mais as mulheres se inserirem na vida pública, mais elas desafiam os papéis de gênero e de poder imposto, pois seu trabalho remunerado as torna autônomas, para além do seu trabalho reprodutivo - visto sem valor de mercado - e as insere em setores da produção, gerando autonomia salarial e poder de decisão dentro e fora do âmbito privado.

As mudanças advindas da autonomia financeira, e por consequência maior participação das mulheres nos setores públicos, não têm sido acompanhadas pela organização física das cidades.

Historicamente as mulheres tiveram pouca participação no processo de construção e planejamento das cidades (RODRIGUES, 2017). Isso mostra como as estruturas de poder moldam o desenho urbano. Como já foi explanado vivemos um processo histórico de relações de poder desiguais entre homens e mulheres, ou seja, cidades sendo pensadas por homens, no geral homens brancos, heterossexuais e de classe média ou alta, sem políticas públicas voltadas para a diversidade de gênero, raça e classe presente em toda a sociedade (ITO, 2017).

Como afirma Clara Greed, el urbanismo ha desarrollado políticas ciegas al género con el propósito de responder a las supuestas necesidades universales, que esconden una falsa neutralidad e igualdad, ya que se realizan desde una experiencia masculina. [...] las mujeres han sido relegadas al ámbito privado y han sido vistas como una minoría a pesar de representar el 51% de la población mundial. (MUXÍ, 2013, pág 58.).

Pensar cidades e não levar em consideração toda a diversidade de sujeitos, afeta diretamente a vida cotidiana dos grupos que não estão no topo das estruturas de poder. Mulheres experienciam o território diferente dos homens. Analisar a cidade pela perspectiva feminina é abranger as discussões dos espaços, e revelar também seu cotidiano intenso nas tarefas familiares, domésticas e profissionais (CYMBALISTA et al., 2011). Como o desenho urbano tem priorizado o setor produtivo, o setor reprodutivo tem sido invisibilizado, ou seja, criam espaços que não pensam em uma lógica de mobilidade, acessibilidade e segurança pública e isso vai atingir mais os grupos que estão na base da sociedade, que são as mulheres, e em específico mais as mulheres não brancas e pobres (ITO, 2017).

Os problemas aumentam quando se pensa na vida cotidiana das mulheres que moram nas periferias, áreas que possuem o mínimo de serviços públicos e infraestruturas necessárias para se realizar as atividades básicas diárias, e para isso precisam se deslocar da periferia para o centro, perdendo tempo e qualidade de vida. Tempo que poderia ser usado em outras atividades, e dificulta a rotina das mulheres que vivem em grande parte uma vida dupla de trabalho remunerado e trabalho doméstico (MUXÍ, 2013).

Nos últimos anos muito tem se pensado sobre como melhorar a vida cotidiana das pessoas, em diferentes lugares do mundo tem se analisado a gestão do tempo-espaço-atividade. Segundo Muxí (2013) tem-se pensado em políticas de uso do tempo para conseguir reorganizar as rotinas diárias e tentar manter a harmonia entre o trabalho e a vida privada, construindo novas alternativas para otimizar o tempo individual com o coletivo.

Desde a década de 1980 na Escandinávia já existiam mobilizações entre as mulheres para conciliar a vida familiar e o trabalho, com propostas para se pensar em uma criação de infraestruturas de apoio da vida cotidiana. Lá o governo deveria proporcionar oportunidades que de fato conciliam a vida privada, o trabalho e os cuidados (MUXÍ, 2013). A sociedade tem

corresponsabilidade quando se fala em tarefas reprodutivas, quando se pensa em infraestruturas de apoio, todos são responsáveis para que estruturas físicas, funcionais e participativas deem certo. Assim como os setores públicos têm o papel de criar equipamentos de serviços próximos aos locais de moradia e trabalho que sejam de uso coletivo, na esfera mais micro/individual o apoio da comunidade/vizinhança é imprescindível.

O sentimento de coletividade pode vir com um simples desejo de melhoria de vida do seu entorno para se sentir pertencente àquela vizinhança, como exemplo uma moradora de um bairro em Brasília começou a colocar canteiros e plantar hortaliças nos terrenos que faziam parte do seu percurso diário, e outros moradores se uniram a ela e começaram a trabalhar em comunidade, se tornaram protagonistas da transformação dos espaços públicos; a relação que eles tinham com a cidade mudou, e tornou a rede de comunicação mais próxima e participativa, além de disseminar a ideia para outros bairros da região e gerar um ambiente mais seguro e de pertencimento (MARTINS, 2014).

A cidade de Viena em 1999 aplicou um questionário para seus moradores sobre como eles usavam o transporte público e isso concluiu que as mulheres usavam mais os transportes públicos e caminhavam mais que os homens, pois se encarregavam de pegar os filhos na escola, fazer compras, ou seja, realizar as tarefas domésticas no geral. Além de concluírem que a partir dos nove anos de idade as meninas usavam cada vez menos os espaços públicos de lazer, enquanto o número de meninos permanecia constante. Pensando nisso, o governo local elaborou estratégias de acessibilidade, segurança e planejamento para o livre acesso aos espaços públicos da cidade pelas mulheres (FREITAS, 2016).

As políticas públicas de urbanismo que deixaram Viena mais igualitária, consistiram na ampliação da iluminação pública que gerou ruas mais seguras à noite, calçadas mais largas para acesso aos carrinhos de bebês ou outros usos, aumento de rampas nas escadas, além de propostas de inclusão para as meninas nos parques, com espaços mais variados para a prática de esportes e a subdivisão de áreas abertas, para bolsões semifechados menores (FREITAS, 2016). São soluções possíveis que podem gerar um impacto grande na segurança e acessibilidade não só das mulheres, mas para todos que circulam pelas ruas da cidade. Porém, no contexto das cidades amazônicas, em especial na cidade de Belém, as soluções precisam ser pensadas em um contexto urbano diferente, pois diferentemente da infraestrutura das cidades europeias, há uma precarização urbana histórica.

Belém possui atualmente cerca de 1 485 732 habitantes (IBGE, 2018), e apresenta especificidades próprias de uma metrópole regional na Amazônia, que passou por migrações campo-cidade, teve uma forte economia extrativista e crescimento intenso da urbanização durante

o período da Borracha, na segunda metade do século XIX e primeira década do século XX, além de passar por vários processos industriais, entre eles o de exploração dos seus recursos minerais, geração de energia e reestruturação do campo pelo capitalismo industrial (CARDOSO et al., 2015; CARDOSO & LIMA, 2015). Isso levanta realidades diferentes e soluções mais complexas quanto aos espaços urbanos de uma cidade na Amazônia.

Atualmente Belém é uma capital de médio porte, sua localização estratégica tornou-a um local de exportação de produtos da Amazônia, por estar distante das principais cidades do país e mais perto da Europa, viveu sua ascensão no período do boom da borracha, no final do século XIX e início do século XX. Após esse período quando a exploração da borracha estava no fim, a cidade ficou mais pobre, mas ainda mantinha sua independência econômica em relação ao restante do país. Com a integração nacional nos anos 1950, houve a construção de Brasília e do sistema de rodovias que tinha como principal intuito o acesso às áreas isoladas do Sudeste - porção mais densa e industrializada do país (CARDOSO, 2007).

O período da ditadura militar em 1964 deu início aos grandes projetos econômicos, que tinham também o intuito de povoar a Amazônia e transformá-la em polo de desenvolvimento, desencadeando grande processo de migração para essa região e crescente urbanização informal, por parte de pessoas que buscavam de empregos nos setores de exploração mineral e madeireira. Esse crescimento populacional sem planejamento estimulou o crescimento das periferias nas cidades já consolidadas, entre elas Belém (CARDOSO, 2007).

Segundo Cardoso (2007) as políticas de interesse social e a economia não estavam preparadas para atender a quantidade de migração que ocorreu nesse momento. A Região Metropolitana de Belém apresentou um crescimento anual de 3,69% entre 1970 e 1991, o dobro do restante do país durante nesse mesmo período, visto que o crescimento populacional da periferia urbana anual era de 11,33% durante os anos 1980.

A falta de políticas públicas voltadas para a população de baixa renda, gerou mais assentamentos informais tanto em áreas públicas, privadas ou desocupadas, em áreas muitas vezes precárias pois estavam em terrenos alagáveis e sem o mínimo de infraestrutura para moradia, essas famílias foram taxadas de marginais e muitas vezes eram expulsas com violência pela polícia, sem receberem a devida solução para o problema, ou remanejadas para conjuntos habitacionais, que ficavam muitas vezes em áreas distantes da cidade, sem acesso a serviços no local e com pouca ou nenhuma opção de transporte público para as áreas centrais da cidade (CARDOSO, 2007).

Conforme Cardoso (2007) essa abordagem conservadora de enfrentamento dos problemas gerados pela desigualdade socioespacial das cidades brasileiras, inspirou nos anos 1960, abordagens marxistas para pensar soluções de análise baseadas na crítica do sistema capitalista.

No início da década de 1980 a luta por direito à moradia estava crescendo e alguns setores políticos deram apoio, porém na época não houve a preocupação em integrar as agendas políticas das áreas informais e formais e nem em dar acesso à infraestrutura física e social às áreas que foram produzidas informalmente.

Contudo, as análises marxistas foram mantidas em nível abstrato, sem estudar de forma realista as problemáticas socioespaciais (CARDOSO, 2007).

Este é um exemplo da “cegueira” das análises de orientação marxista aos elementos da menor escala da forma construída, constituída por padrões de rua, quadras, lotes, usos do solo e edificações. Aquelas análises estavam geralmente interessadas em planos de massas, tomando visões não-realistas dos espaços existentes [...] As investigações eram encerradas precisamente quando estavam prestes a revelar o efeito do processo de criação do assentamento no cotidiano dos habitantes (CARDOSO, 2007, pág. 15).

A primeira geração de análises marxistas abordava as cidades brasileiras na macro escala, pautando o suporte à produção, e não levavam em consideração o cotidiano e as problemáticas socioespaciais de quem vive em áreas precárias de infraestrutura e sem acessos aos serviços básicos estruturais e sociais. Essa concepção de crescimento urbanístico limita a circulação das mulheres pela cidade e mais ainda as que estão expostas a um padrão de vida marcado pela violência e falta de infraestrutura (CYMBALISTA et al., 2011).

Como exposto no decorrer do capítulo as mulheres tornaram-se as principais responsáveis pelos trabalhos de reprodução, atividades domésticas, cuidado dos filhos, e por isso sofrem mais com os serviços públicos precários, entre eles falta de água, de luz, precariedade nos esgotos, falta de coleta de lixo, drenagem, mínimo de acesso aos equipamentos públicos como creches, postos de saúde, escola, bem como a falta de infraestrutura das ruas e calçadas e precário transporte público, além da violência de gênero que estão expostas dentro e fora de casa (CYMBALISTA et al., 2011). As cidades em um contexto geral são desiguais, mas para além disso são desiguais entre homens e mulheres, os espaços públicos são mais precários quando se analisa endereço, cor e sexo, ou seja, as mulheres, na sua maioria não brancas, entre elas mulheres LBT (Lésbicas, Bissexuais e Trans), chefes de famílias e residentes nas periferias urbanas.

Nesse sentido, os planos de gestão para a cidade se fundamentado, seguindo ações que abordem as precariedades urbanísticas voltadas para a inclusão das mulheres, fazendo seus devidos recortes de território, raça e classe, além de abrir discussões públicas e a efetiva participação das mulheres nesse processo gera melhores oportunidades de acesso, inclusão e mobilidade nos espaços públicos, não só para elas, mas para a comunidade como um todo (CYMBALISTA et al., 2011).

Um exemplo mais atual de participação das mulheres na cidade tem sido a revisão do Plano Diretor de Recife que através do projeto Cidade Mulher iniciado em 2017, propõe o olhar de gênero na gestão urbana. A iniciativa levanta discussões e escutas junto às mulheres, dentre elas, sobre espaços públicos mais iluminados, maior movimentação de pessoas, mapeamento das áreas subutilizadas para serem ocupadas com serviços ou lazer - pois terrenos vazios são mais perigosos - as zonas da cidade precisam mesclar seus usos, com mais áreas residenciais de uso misto, através de fachadas vivas voltadas para o comércio, serviços e lazer, em vez de muros cegos, isso gera ruas com espaços de usos variados e mais segura para todos, além de pensar na ampliação da infraestrutura viária, de transportes públicos e paradas de ônibus, para reduzir a superlotação e diminuir os assédios nesse ambiente (DANTAS, 2019).

Iniciativas para se viver com mais segurança nos espaços públicos surgem também para além da gestão do governo, em Belém foi criada a primeira cooperativa de táxi feminina do Brasil, chamada Lady's Táxi, com o intuito de unir motoristas mulheres de táxi e pensando na segurança das clientes que utilizam esse tipo de serviço, as mulheres se sentem mais seguras em relação a assédio e possíveis violências (VIX, 2016). Depois já surgiu outro, no modelo de aplicativo chamado Lady Driver em São Paulo lançado em 2017, também com a mesma premissa atendendo só mulheres e em fase de expansão para outras regiões (LADY DRIVER, 2017).

Ideias como essas fazem sentido quando se observa o contexto de vulnerabilidade que as mulheres nos espaços públicos estão inseridas, uma pesquisa realizada pelo Instituto YouGov (2016) mostra que 86% das mulheres brasileiras já sofreram assédio na rua (ACTIONAID, 2016). É importante entender que vulnerabilidade e pobreza podem andar juntas, mas não apenas isso, a seguir alguns conceitos:

A pobreza é compreendida não apenas como um estado de ser pobre, ou de viver abaixo da linha de pobreza - um nível oficial de renda necessário para adquirir os bens básicos que alguém precisa, tais como alimentação e vestuário, e pagar por um lugar para morar (ASBHY, 2000). Esta definição de fundo econômico é incapaz de explicar como pessoas sobrevivem abaixo da linha da pobreza, e tem sido substituída por definições que recebem contribuições dos próprios pobres. A melhor definição de pobreza para a abordagem ora apresentada é a que afirma que a pobreza é a falta de perspectivas de vida (KEMPEN, 1994) (apud CARDOSO, 2007, p. 21).

Os pobres então, são aqueles que estão sendo privados de ter acesso aos recursos básicos, seja em educação, saúde, um trabalho remunerado, uma casa, ou mesmo um ambiente seguro e que promova o convívio social.

Vulnerabilidade é um conceito emprestado de outros campos do conhecimento para os estudos urbanos e definido como “insegurança e sensibilidade no bem estar de indivíduos, famílias e comunidades, diante de um meio ambiente em transformação, e implícito nisto sua responsividade e resiliência a riscos encontrados durante cada transformação negativa”(MOSER, 1998, p.3). Tais transformações ou mudanças podem ser ecológicas, econômicas sociais e políticas e muitas vezes contribuem para aumentar o risco e a incerteza e para o declínio da auto-estima (apud CARDOSO, 2007, p. 43).

Assim, a ideia de vulnerabilidade não deve está diretamente ligada ao conceito de pobreza, pois nem todas as pessoas vulneráveis são pobres, e nem todos os pobres são sempre vulneráveis, e entender isso pode permitir uma melhor diferenciação entre as pessoas de baixa renda

O capítulo a seguir, segue a metodologia de estudo que se embasa no conceito de Rizoma de Gilles Deleuze e Félix Guattari 1976, que procura entender como se desenvolve as favelas, trata do território e do corpo como casa (JACQUES, 2001). Baseia-se também na tese de doutorado de Pereira (2019) que fala sobre corpo, discurso e território, através das narrativas de Carolina Maria de Jesus, e no artigo de Jacques (2008) intitulado Corpografias Urbanas, e para aproximação com a sociabilidade das ruas foi utilizado o artigo de Gloria Levitas - Antropologia e sociologia das ruas (ANDERSON, 1986).

5.3 O CORPO COMO TERRITÓRIO E CASA

O conceito do Rizoma de Gilles Deleuze e Félix Guattari 1976, se baseia em tentar diferenciar os processos de territorialização quando são ocupadas de forma natural em terrenos vagos, ou em territórios ocupados de forma ilegal e os que foram planejados por especialistas, essa teoria tenta entender como se desenvolve as favelas. O Rizoma possui certas características que o diferem de uma árvore ou arbusto, pois ele não segue um modelo formal, se constrói e reconstrói após rupturas, ou seja, por ele ser formado por linhas, suas linhas são desterritorializadas, estão sempre em fuga, é um ciclo que se repete, desde a territorialização, desterritorialização e reterritorialização novamente (JACQUES, 2001).

Esse conceito tem como princípio o movimento, o mato é a parte mais visível do rizoma, ele não tem começo nem fim, ele cresce em qualquer lugar, mesmo os lugares mais inóspitos, quando se faz o rizoma está aumentando o território e criando múltiplos e constantes desterritorializações (JACQUES, 2001). Sendo assim, a periferia nasce como um rizoma através da necessidade, visto que os moradores não possuem outra escolha, a não ser migrar de território em território, e seguir o ciclo das inúmeras desterritorializações que se repetem.

A natureza trata de demarcar seus territórios, seja através de odores, como urina animal, ou o ninho do pássaro, entre outras formas, já na arquitetura e urbanismo os marcos territorializantes, acontecem através da consolidação dos muros ou telhados, mas ao contrário de outros marcos mais passageiros, ele acontece de forma mais fixa. Segundo Jacques (2001, pq. 141) “não há mais fugas, as linhas de desterritorialização estão congeladas em seu movimento”, pois ficou limitado pelas fronteiras materiais, e sua consolidação transforma o rizoma em árvore.

O território como modelo de árvore, segue a ideia de raiz, uma terra fixa, não aceita se desterritorializar, porém territórios rizomáticos tendem a conservar os fatores ou as linhas desterritorializantes, mesmo que não desterritorializem:

A própria ideia de território não tem escala; é da ordem do que consideramos o “estar em casa”. Pode variar: território do próprio corpo, casa, corpo social, um grupo específico (comunidade), bairro e assim por diante. Podemos territorializar o que bem entendermos. Traçar um território seria, então, “marcar suas distâncias” ou demarcar-se dos outros. (JACQUES, 2001, Pág. 141, grifo do autor)

Sendo assim, a existência do ser humano implica na sua relação com o território e com o seu corpo, que é um “corpo-casa”. Pereira (2019) realizou uma pesquisa que analisa a cidade através das narrativas de Carolina Maria de Jesus, escritora negra, pobre e que viveu migrando entre territórios, e em seus discursos mostra o quanto seu corpo está diretamente ligado na forma como vai vivenciar e experienciar o território que ocupa. Corpo, discurso e território não se separam em sua narrativa, a partir daí, pode-se observar a hierarquia social e os lugares ocupados pelos menos e mais privilegiados, e vai definir o lugar do negro e do pobre na sociedade.

O discurso de Carolina parte de experiências pessoais, mas se sobressai pela sua proximidade com o sujeito coletivo, que perpassa por novos diálogos e vivências sobre o território, pois apesar de existir várias narrativas de quem mora em territórios pobres, cada um possui diferentes lugares de fala sobre suas experiências cotidianas comuns. O geógrafo Milton Santos (1996) fala da noção de corporeidade ou corporalidade.

é uma dimensão objetiva que dá conta da forma com que eu me apresento e me vejo, que dá conta também das minhas virtualidades de educação, de riqueza, da minha capacidade de mobilidade, da minha localidade, da minha lugaridade, há dimensões que não são objetivas, mas subjetivas; aquelas que têm a ver com a individualidade e que conduzem a considerar os graus diversos de consciência dos homens: consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós (SANTOS, 1996, p. 10).

Carolina foi marcada pela sua corporeidade, por ser pobre, descendente de escravos, por ser negra, por ser mulher. O lugar que ocupa na cidade está em constante reivindicação e desconstrução, perpassando o cotidiano das gerações seguintes desde a infância até a vida adulta, no ambiente escolar, nas rondas policiais, ao mercado de trabalho e vida doméstica (PEREIRA, 2019). A população pobre e não branca, segue sendo excluídas de ambientes elitizados, como shoppings, galerias de arte, museus, universidades, empresas.

A imagem da favela segue sendo depreciada pelas grandes mídias, as coloca em uma única posição de violência, espaços miseráveis e pessoas marginalizadas, apesar de ser um território com precária infraestrutura, que residam na sua grande maioria pessoas com média e baixa renda familiar, não existe um território homogêneo quando se fala de favelas. Além disso, o sujeito que reside nessa área, fica visto como um todo, é negada sua individualidade, é visto como um corpo sem identidade pela mídia, sem levar em consideração as diferentes realidades e vivências de cada indivíduo (PEREIRA, 2019).

As redes sociais têm proporcionado abertura para as narrativas das comunidades mais pobres, isso amplia a democratização da comunicação, e transforma moradores da periferia em protagonistas de suas próprias histórias. Por meio de plataformas sociais eles encontram a oportunidade de representatividade sem a visão marginalizada que geralmente lhe são atribuídos. São diversos os exemplos de comunidades que trabalham para serem protagonistas de suas próprias narrativas, como exemplo temos em Belém do Pará o projeto idealizado pela Joyce Cursino, jornalista, atriz, realizadora audiovisual e moradora do bairro do Jurunas chamado Telas em Movimento, que tem o objetivo de colocar a frente as narrativas da periferia através de obras cinematográficas, além dele existem outros projetos com esse viés como o Tela Firme, Cineclub TF, Coletivo ÊÊ Mana, entre outros (ALEXANDRIA, 2019).

Dito isso, é perceptível a necessidade de se deslocar para ocupar os lugares, seja de forma física ou simbólica, como forma de construir e reinventar discursos, representados pelo corpo e território de quem vive a “desordem” e falta de planejamento da cidade (PEREIRA, 2019). Para entender a experiência urbana e a experiência corporal das cidades, é preciso entender a corpografia como “um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que fica inscrita mas também configura o corpo de quem a experimenta” (JACQUES, 2008).

Nesse sentido, entender as cidades através de corpografias, trás outras formas de compreender o espaço urbano, seja corporais ou incorporadas, para se projetar outras formas de intervenção urbana. O profissional do urbanismo atualmente se mostra distante das experiências

cotidianas vividas na cidade, quando se refere ao caráter corporal e sensorial, os projetos urbanos atualmente se mostram genéricos, homogêneos e espetaculares não compatíveis com as pessoas que se locomovem a pé diariamente, chamados de errâncias (que não seguem a lógica espetacular) (JACQUES, 2008).

As errâncias pode ser uma forma de conhecer a cidade através do corpo, e assim (re)construir e analisar nossas próprias cartografias, e sobretudo pensar em um urbanismo feito para as pessoas. A chamada corpografia urbana de resistência acontece quando um corpo experimenta um espaço urbano não espetacular, ou seja, eles experimentam os espaços que percorrem, a cidade deixa de ser um simples cenário e passa a ser um - corpo urbano - fazendo parte também do corpo de quem a pratica. Estudar esses padrões corporais pode traçar resultados importantes para entender os espaços urbanos, seja através das corpografias involuntárias ou voluntárias, pois ao se propor conhecer a cidade a vivenciando de forma não espetacular ou de resistência, pode revelar ou denunciar o que falta nos projetos urbanos que não pensam nas micro práticas do cotidiano (JACQUES, 2008).

Para se pensar em projetos urbanos voltados para as pessoas é preciso entender como a rua vem se configurando na contemporaneidade. São inúmeras as razões da diminuição da vida social nos espaços urbanos, entre eles: o aumento da tecnologia; automóvel; televisão; concorrência entre grandes empreendimentos e pequenas vendas de bairro, aumento da criminalidade e violência nas ruas, falta de infraestrutura, entre outros. A tese é de que a cultura tende a se adaptar ao meio ambiente, e isso sugere que a rua foi uma expressão tangível das relações culturais, sua adaptação vem acontecendo tanto na aparência quanto no papel que exerce, porém existe uma escassez de estudos sobre a forma, significado e uso das ruas, e falar sobre as ruas ainda está na base das hipóteses (ANDERSON, 1986).

Nas ruas podem se observar as mudanças nas organizações econômicas e políticas, quando as cidades eram rodeadas por muralhas, as atividades sociais e econômicas estavam ligadas diretamente entre as famílias, o comércio e a vida social era feito em conjunto. Na cidade medieval o trabalho e o lar estavam intimamente ligados, bem como sua extensão para a rua, interior e exterior tinham circulação livre, crianças e adultos realizavam as mesmas atividades, seja nas brincadeiras de rua, na ida ao mercado, ou em entretenimentos, havia grande trocas de intercâmbio social, seja econômica ou culturalmente falando (ANDERSON, 1986).

As mudanças na tecnologia e na economia foram refletidas nas ruas, o crescimento do nacionalismo e do poder do Estado, fizeram a igreja não ser o centro do poder, o que fez as ruas se diferenciarem pelas classes sociais e a estratificar a sociedade. Enquanto as classes altas usavam grandes ruas como palco para exibir riqueza e poder, as classes mais baixas usavam ruas mais

estreitas e secundárias para se distanciar da violência policial ou manter suas práticas de vida antigas (ANDERSON, 1986).

As definições e diferenciações dos sistemas de ruas foram ficando mais complexas, na medida em que a própria sociedade aumentou sua complexidade. Hoje a apropriação da rua varia de acordo com sua interação social, classe, grupo étnico, estrutura etária e tipos de espaços no bairro. Se antes, entretenimento, mercados, trocas de serviços e informações estavam frequentemente nas ruas, hoje com o aumento da especialização tecnológica e compartimento social, esses serviços se encontram em ambientes fechados, com isso as ruas ficam em desuso, a calçada física é estreita para pedestre e há casos em que nem há calçadas (ANDERSON, 1986).

Esse padrão das ruas segue sendo visto nas áreas centrais da cidade, onde existem apartamentos altos com limites entre a rua e o prédio. Já na favela as ruas ainda parecem funcionar, mesmo que de forma parcial como um local de vida pública, a relação entre os vizinhos ainda é de trocas sociais (ANDERSON, 1986). A sociabilidade nas ruas da periferia é construída no cotidiano entre os diversos atores sociais, seja no lazer, ou na troca mútua de favores dos problemas corriqueiros, é nas adversidades que a vizinhança cria um elo e laços afetivos e através dessas práticas habituais encontram um sentimento de pertencimento no seu território (ALMEIDA, 2011).

5.4 ESCOLHA DA ÁREA

No final do século XIX e início do XX a economia de Belém tinha como pilar o extrativismo comandado pelas elites regionais, e mesmo com alguns setores industriais surgindo desde essa época, Belém até hoje não possui infraestrutura como da Região Sul em relação a investimento industrial. A RMB ainda é vista como uma ferramenta para o grande capital nacional que utiliza os recursos da Amazônia para suporte das atividades econômicas geridas em outros locais do Brasil (CARDOSO et al., 2015).

A medida que vai se analisando os processos socioespaciais pode-se observar como aconteceu a metropolização no passado e quais as perspectivas para o futuro. A Primeira Léngua Patrimonial do centro de Belém já estava bem definida nos anos de 1960, seu planejamento foi voltado para áreas de terreno alto, mas naturalmente trabalhadores migraram para esse centro e se consolidaram nos terrenos baixos próximos as áreas nobres o que gerou desigualdade, mas manteve a diversidade social no município (CARDOSO et al., 2015).

A segregação da primeira léngua patrimonial é diferente das periferias consolidadas hoje na metrópole, as áreas de baixada tinham mais flexibilidade nas ocupações dos lotes, edificações de diversas tipologias, os miolos de quadras variados e ainda possuía vazios gerando uma

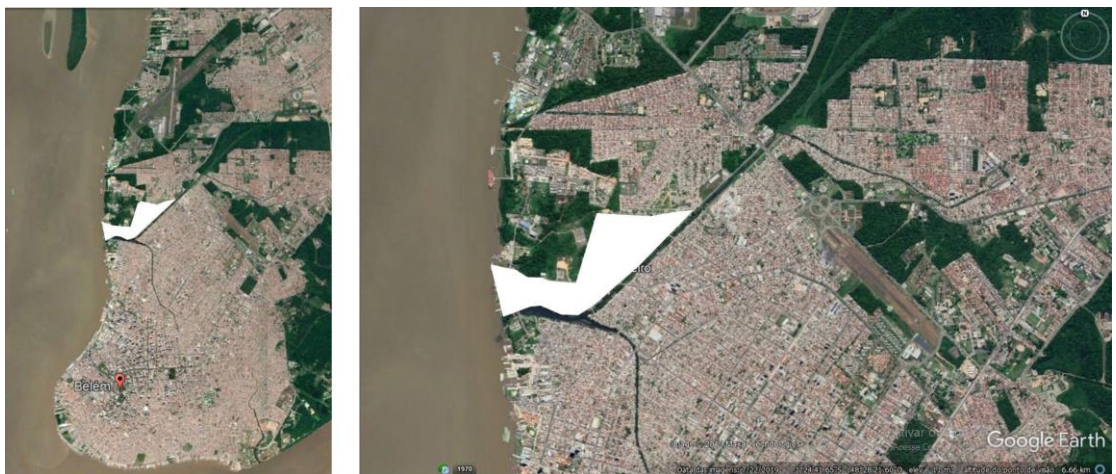
degradação ambiental. Apesar da ocupação da várzea ou baixada terem surgido de forma improvisada, sem planejamento, nem saneamento básico, a população mais pobre que migrou para o centro nos anos de 1980 e 1990, se sentia em um território mais familiar próxima aos rios, apesar de inserido em modo de vida similar ao de outras regiões metropolitanas (CARDOSO et al., 2015).

Assim no início do século XXI a Região Metropolitana de Belém apresentou muitos problemas estruturais, com altas taxas de desigualdade e disparidades socioespaciais, com diversas ocupações informais próximas aos bairros ricos; porém com crescente aumento dos comércios e serviços informais, que manteve forte conexão econômica com as comunidades ribeirinhas tradicionais (CARDOSO, 2015).

Belém possui uma população em sua maioria jovem (acima de 20 anos de idade), e com predominância feminina, quanto à escolaridade à maioria da população estudou até o ensino fundamental, e menos de 10% teve acesso ao ensino superior. A população economicamente ativa possui renda de até três salários mínimos, isso demonstra que a maioria da população é de baixa renda, além disso 40% dos habitantes é migrante, e os mais pobres possuem renda de até um salário mínimo, a população feminina é duas vezes maior que a masculina, e pode existir alguma relação entre pobreza, idade e gênero na metrópole de Belém (CARDOSO, 2007).

A área de estudo foi definida pensando nesse tipo de periferia que está próxima ao centro urbano, que apesar de ter acesso rápido as áreas mais estruturadas da cidade, vivem uma disparidade de realidade social e espacial. A escolha desse território é importante para entender como a mulher vai experienciar esse espaço que vivencia e ocupa cotidianamente, para entender os espaços públicos através da sua corpografia e projetar novas formas de intervenção urbana.

Figura 1: Localização do bairro do Barreiro.



Fonte: google earth, 2019.

Ser uma metrópole na Amazônia é estar rodeada por águas, e a cidade foi sendo construída em cima dos cursos d'água, nessas áreas de inundação foi dado o nome de baixadas, localizadas próximas ao centro de Belém, essas ocupações foram majoritariamente habitadas pela população mais pobre, e migrantes nativos da região, acostumados com a vida de várzea e em habitações na forma de palafita. Ao migrar para o meio urbano encontrou nesses terrenos alagáveis próximo dos rios uma oportunidade de moradia acessível tanto pelo fator econômico, como espacial (RODRIGUES et al., 2018).

Essas áreas possuem uma infraestrutura urbana precária, que gera graves problemas aos rios, pois são utilizados como esgotos e depósitos de lixo, além de riscos a saúde dos residentes. Diante desses graves problemas, a partir da metade do século XX foi criado o Programa de Recuperação das Baixadas, para realizar uma drenagem urbana e controlar as inundações, o projeto visava intervir nas bacias hidrográficas através da “macrodrenagem”, sendo que a maior delas foi a Bacia do Una (RODRIGUES et al., 2018).

O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una - PMU incluía para além da macrodrenagem o remanejamento e relocação de famílias que moravam sobre os igarapés ou estavam no perímetro das novas vias. Além disso, estava no projeto toda à execução de um sistema viário, construção de pontes e passarelas, sistemas de saneamento (microdrenagem; coleta, tratamento de esgoto sanitário; água potável); bem como a construção de equipamentos públicos e concluindo com um programa de aterro de quintais (RODRIGUES et al., 2018).

Quando se observa hoje a área de estudo no Bairro do Barreiro que engloba o projeto PMU, percebe-se que a macrodrenagem solucionou os alagamentos, porém apresenta diversas falhas em relação à urbanização, ao acesso à infraestrutura, na articulação com o sistema viário. Como ponto positivo, os taludes naturais foram mantidos nas áreas mais baixas, que tinham os igarapés de maior volume, isso manteve a relação do rio com os moradores, plantando árvores, fazendo jardins, praças e hortas nas margens do rio, em contrapartida os taludes construídos em concreto, a população usa os canais como “valas” e esgotos (RODRIGUES et al., 2018).

Durante a pesquisa verificou-se que as últimas informações em relação ao bairro do Barreiro estão desatualizadas, pois os últimos dados são de 2010, ou seja, quase dez anos sem uma análise mais atual. Segundo esses dados, o bairro do Barreiro possui cerca de 26.003 habitantes, dentre esses 13.303 são mulheres e 12.700 homens, sendo que a maioria da população está na faixa dos 20 aos 29 anos, das mulheres 10.772 se autodeclaram preta e parda (IBGE, 2010), ou seja, a maioria das mulheres se encontram em contexto de vulnerabilidade social, visto que no Pará a taxa de homicídio por 100 mil mulheres em 2015, entre as mulheres brancas foi de 2,4 e das mulheres

negras foi de 7,3, verificando que a violência letal atinge de formas diferentes as mulheres dependendo da raça (SENADO, 2016).

Além disso, quando se analisa o valor do rendimento nominal médio mensal dos moradores do bairro do Barreiro que são responsáveis pelo domicílio, a média é de 320,98 reais o que demonstra que muitas famílias vivem com menos de um salário mínimo (IBGE, 2010). Quando se compara renda mensal, as mulheres não brancas são as que possuem os menores salários e as que mais sofrem violência de gênero, o que evidencia a importância de investir em políticas públicas voltadas para esse grupo (IPEA, 2017).

Morfologia Urbana

Ao analisar as estruturas urbanas é importante entender o desenho da cidade que é a sua tessitura, a trama dos seus elementos, o sistema viário configura o tecido, através do padrão de parcelamento do solo, pela forma de aglomeração e isolamento das edificações e também pelos seus espaços livres (REGO & MENEGUETTI, 2011).

Assim, o tecido da cidade se estrutura pela disposição das edificações, ruas, quadras e lotes, parques, praças, monumentos e demais arranjos que porventura venha a acontecer. As análises das estruturas urbanas e modelos morfológicos seguem estruturas básicas para a formação do urbano, que são o lote, o quarteirão e as ruas. Esses elementos estão em constante mudança e atividade e podem se transformar ao longo do tempo (REGO & MENEGUETTI, 2011; DEL RIO, 1990).

Análise das quadras e lotes: as quadras na sua maioria são heterogêneas e irregulares, as testadas dos lotes variam muito de largura, desde 3m até acima de 5m e com microparcelamento irregular de lotes.

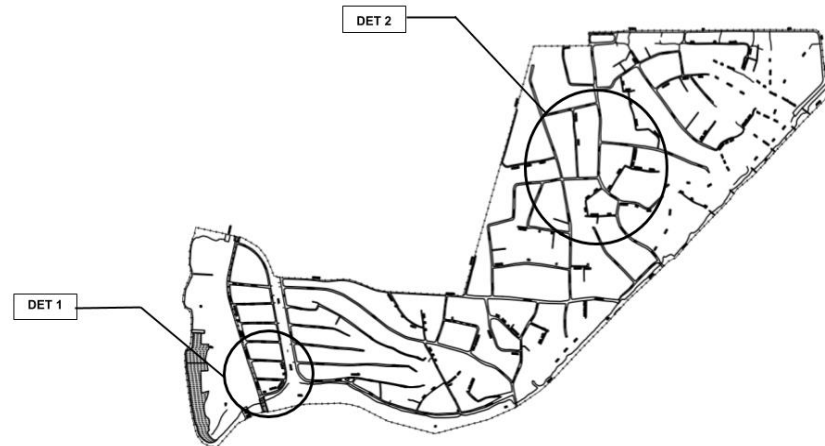
Figura 2: Imagens da rua Miramar, ambas no bairro do Barreiro.



Fonte: Google Maps, 2012.

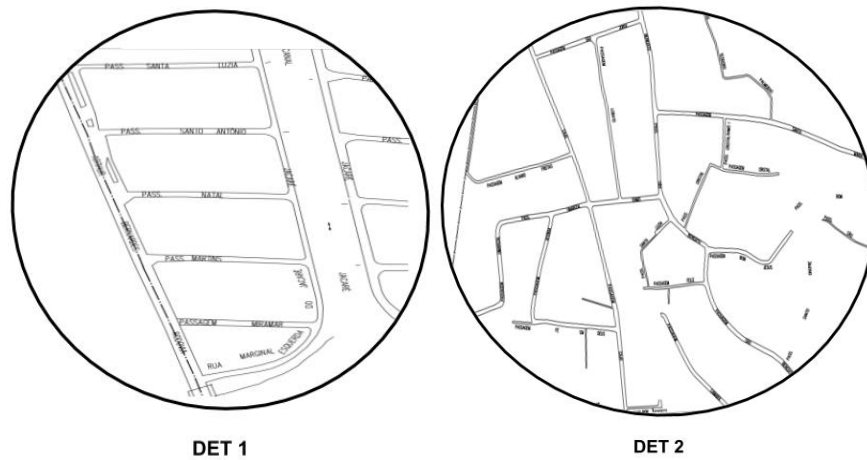
Análise da malha: quanto a malha pode-se perceber que ela é em sua maioria irregular, ao se adentrar no bairro ela vai ficando com formas mais orgânicas, se adaptando a topografia, característica de ocupações informais.

Figura 3: Morfologia determinante 1 e 2.



Elaboração: autora. Fonte: CTM, 2000.

Figura 4: Detalhamento da determinante 1 e 2.

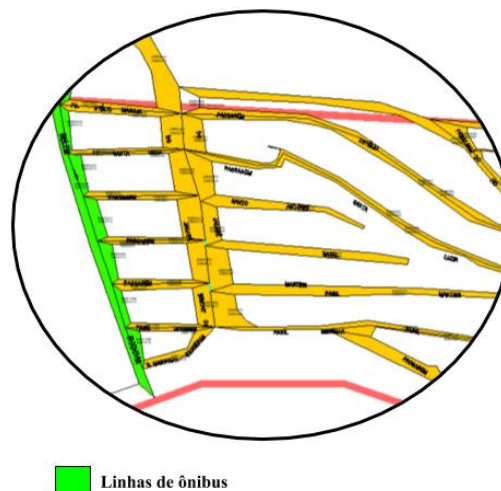


Elaboração: autora. Fonte: CTM, 2000.

Equipamentos e Serviços

A Rodovia Arthur Bernardes também possui ciclofaixa, porém já está desgastada por não passar por reparos. São poucas as linhas de ônibus disponíveis para todo o bairro e não abrangem toda a sua extensão, mostrado no mapa abaixo, a cor verde representa a Rod. Arthur Bernardes:

Figura 5: Ruas onde passam linhas de ônibus.

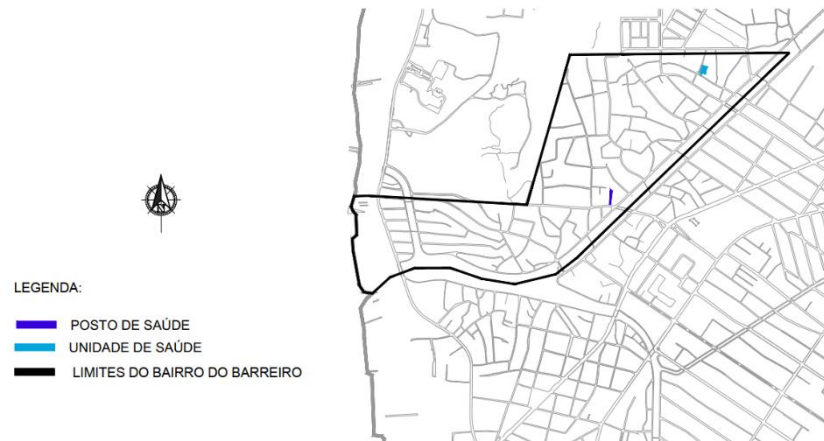


Fonte: CODEM, 2002.

- **Iluminação:** Possui grandes trechos com pouca ou nenhuma iluminação, gera insegurança e pouca movimentação de pessoas no período da noite;
- **Serviços:** Quanto aos serviços de saúde possui uma Unidade de Saúde do Barreiro, localizada há um pouco mais de 1700 m de distância da área estudada e uma Unidade de Estratégias Saúde da Família (ESF) com serviços de posto de saúde, ambas no bairro do Barreiro;

Possui um centro comunitário próximo a Rod. Arthur Bernardes, mas segundo as moradoras se encontra fechado;

Figura 6: Mapa das unidades de saúde



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2016

Dados: Autora, 2019

- **Creches e Escolas:** A creche mais próxima segundo o google maps, fica na Escola Municipal Comandante Klautau, para ensino infantil, de primeiro e segundo grau, que abrange o raio de 1600m em todo o bairro, porém segundo Guimarães (2004), as escolas de 1º grau devem ficar há uma distância máxima de 800m da residência. Quanto as escolas de 2º grau estão dentro da distância limite de 1600m de abrangência apontados por Guimarães (2004), e também possui uma escola de 1º grau próxima da área estudada, o que demonstra que o bairro possui escolas que estão dentro da distância máxima entre residência e equipamentos;

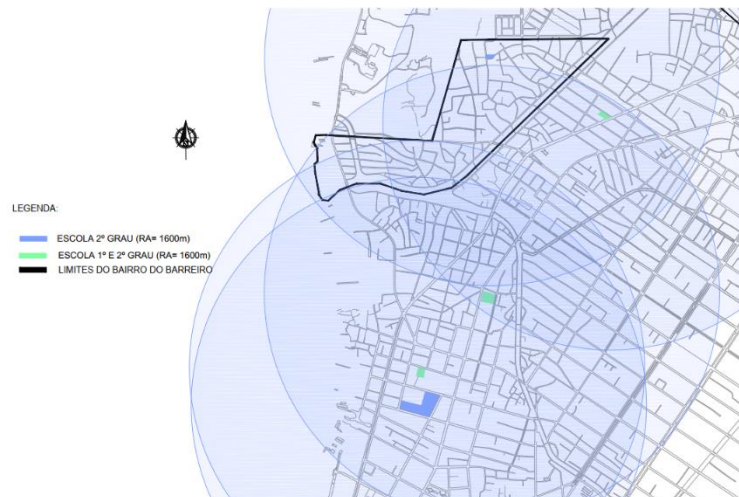
Figura 7: Mapa do raio de abrangência de escolas do primeiro grau



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2016

Dados: Autor, 2019

Figura 8: Mapa do raio de abrangência de escolas de segundo grau

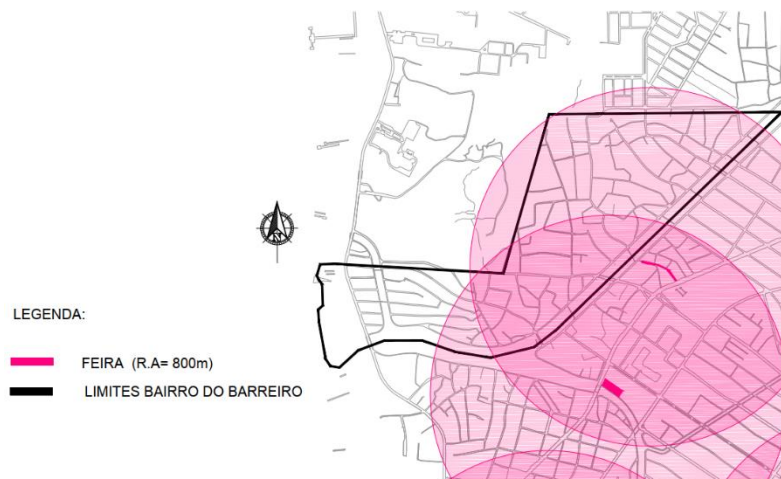


Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2016

Dados: Autor, 2019

- **Feiras:** Nas proximidades possui a Feira do Barreiro e a Feira de São Benedito que é uma feira não regularizada pelo governo, ambas com menos de 1600m de distância. Segundo Prinz (1980), para as compras de rotina o caminho máximo percorrido, seria de até 600 metros, enquanto que para compras mensais a distância deve ser de até 1000 metros, ou seja, o bairro do Barreiro precisa de uma feira mais próxima;

Figura 9: Mapa do raio de abrangência da feira do Barreiro e da feira de São Benedito.



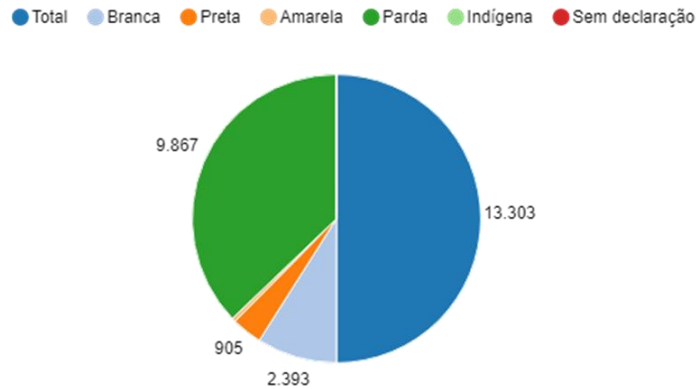
Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2016

Dados: Autor, 2019

- **Coleta de lixo:** A coleta de lixo é ineficiente, visto que existem mais de um foco de lixo na extensão da Rodovia Arthur Bernardes, além de acúmulo de lixo dentro dos canais

- **Alagamentos:** Apesar do canal do Jacaré e seu entorno estarem em áreas consideradas alagáveis devido a topografia, após o projeto de macrodrenagem não houve casos de inundação na área.

Figura 10: População do sexo feminino residente do bairro do Barreiro.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: IBGE, 2010.

No perímetro de estudo do bairro do Barreiro foi escolhido a Rodovia Arthur Bernardes, principal via de acesso dos moradores para as outras regiões fora do bairro, e se delimitou a analisar onde se inicia e começa o Canal do Jacaré, que fica bem próximo da Rodovia, como demonstrado na imagem abaixo. A proposta é utilizar dos conceitos de rizoma e da corpografia para entender e propor soluções pensando nesse corpo no espaço vivido cotidianamente, que traga possíveis soluções para a infraestrutura dos espaços públicos, pensando na segurança, equipamentos urbanos, transporte público e maior mobilidade urbana das mulheres que residem nesse perímetro e entorno.

Figura 11: Em vermelho o caminho percorrido com a moradora.



Fonte: Google Earth, 2018.

Dito isso, a primeira visita foi feita com uma moradora do bairro, residente há 25 anos e todo o percurso que será narrado foi feito a pé. Ao caminhar pela Rodovia Arthur Bernardes, no perímetro da área da Cosanpa e de portos que aparentemente estão desabilitados, percebe-se que é uma área marcada por muros cegos, estando alguns em situações precárias. Segundo relato da moradora, essas áreas são muito perigosas a noite, tanto pelos muros, quanto pela iluminação ineficiente, além dos relatos de que algumas pessoas entram pelos buracos abertos do muro pela parte da noite, o que aumenta a sensação de insegurança por parte dos moradores. Só nesse perímetro foi encontrado três focos de acúmulo de lixo, um próximo ao canal do Una, que costuma ocupar quase toda a rua por uma boa extensão, impossibilitando a passagem de carros, e dificultando a de pedestres.

Figura 12: Acúmulo de lixo na esquina da Cosanpa, em frente a Bacia do Una.



Fonte: Google Maps, 2018.

O próximo acúmulo de lixo se localiza bem ao lado da entrada da Cosanpa, ocupando a calçada, e ao atravessar a rua, também em frente a Cosanpa, possui outro foco de lixo mais recente, segundo relato da moradora, onde antes era um espaço de ocupação informal, hoje é espaço destinado a ocupação de interesse social, porém nenhuma obra foi iniciada até o momento, o muro que delimita essa área caiu em parte e as pessoas utilizam o espaço para jogar lixo.

Ao analisar o entorno do perímetro estudado, foi observado que na rua lateral ao canal do jacaré, ela possui asfalto, sua caixa de via é de aproximadamente 2,5m, porém as calçadas estão intratáveis tanto pela ocupação das residências, quanto pela falta de manutenção. Como essa é uma área de terreno baixo, os taludes naturais foram mantidos, e os moradores mantiveram a relação de rio com o canal, assim pode-se observar arborização na lateral do canal, plantada por eles mesmos.

O canal do jacaré possui duas pontes de acesso de pedestres, que existem desde o projeto de macrodrenagem e ainda não foram restauradas, estas apresentam danos, tanto pela falta de manutenção, quanto pelo uso indevido da passagem de motocicletas. Quanto à rotina dos moradores, pela parte da manhã, a área do canal do jacaré possui movimentação moderada, e a

partir desse horário vai ficando mais vazio, apesar de ter pontos de venda de lanche a noite, a área apresenta o problema de falta de iluminação o que faz as pessoas diminuírem o fluxo ao anoitecer.

Ao atravessar a ponte, pode-se perceber que possui residências e um ponto de moto taxi na lateral da ponte, nas esquinas das ruas que passam pelo canal existem alguns pontos comerciais, o que faz o fluxo pela parte da manhã fluir mais, apesar disso, é frequente no bairro os muros cegos, entre eles a área do clube Aseel, que possui uma grande extensão de área verde e seu muro se localiza próximo ao canal do jacaré, em alguns pontos o muro está caído, e nele possui focos de lixo.

A rua que está localizado o muro do clube Aseel é uma via de mão dupla, que não possui calçada para os pedestres, a iluminação é precária e somente uma linha de ônibus passa por ali, ônibus Marex Centro - o único que vem por dentro do Barreiro, pela passagem Mirandinha, e entra na Rod. Artur Bernardes - ressaltando que tanto pedestre, quanto carros possuem dificuldades de tráfego, visto que o acúmulo de lixo toma conta de parte da rua. Isso torna o ambiente mais perigoso, com pouca acessibilidade, principalmente para as mulheres mães que precisam caminhar com carrinho de bebê, ou mesmo as que caminham sozinha, a sensação de insegurança aumenta e estão mais sujeitas a violência urbana, além da falta de mobilidade para pessoas com alguma deficiência motora, visto que é uma área bem precária para se caminhar.

Figura 13: Muro pertencente ao Clube Aseel.



Fonte: Google Maps, 2012

Quanto aos equipamentos urbanos, a área é precária de lazer e serviços no geral, por isso os moradores utilizam a rua para atividades de lazer, realizando caminhadas, como espaço de convívio para conversar, ou mesmo utilizam a contenção do canal como uma extensão dos seus quintais, estendendo roupas ou prendendo animais dentro do canal, entre eles cavalos. Em todo o percurso observado, percebeu poucos pontos de paradas de ônibus, havendo uma parada de ônibus após a Cosanpa e outra um pouco mais a frente, e somente uma possuía cobertura para proteção de sol e chuva, todo o percurso da Cosanpa não possui parada de ônibus, e na área do perímetro

estudado da Arthur Bernardes possui duas paradas de ônibus (ida e volta), porém sem proteção, por não haver iluminação, a rodovia fica sem movimentação de pessoas a partir das 20h.

As linhas de ônibus que passam pela Rod. Arthur Bernardes são: Icoaraci Ver o Peso Cohab, Icoaraci Ver o Peso Paracuri, Jardim Europa Presidente Vargas, Jardim Europa Ver o Peso, Outeiro Presidente Vargas, Marex Presidente Vargas, Marex Felipe Patroni (quando volta do centro), Marex Arsenal (quando está para o centro), Bengui Presidente Vargas (com pouca frequência). A área da Rod. Arthur Bernardes estudada possui de um lado da rodovia portos, posto de gasolina, alguns estabelecimentos privados, e muros cegos, do outro lado estão as residências, com algumas pequenas tabernas, venda de açaí, oficina de bicicleta, o bairro é majoritariamente residencial.

Figura 14: Canal do Jacaré, atualmente as calçadas estão mais degradadas.



Fonte: Google Maps, 2012

Diante da caracterização do perímetro que se localiza na Rodovia Arthur Bernardes, abrangendo o início e o fim do canal do Jacaré, serão aplicadas as propostas pensando na corpo/casa da mulher moradora dessa área que caminha diariamente e sente esse território através da sua individualidade e do coletivo da sua comunidade, soluções priorizando essas vivências, em especial nos espaços públicos e na sua relação com a mobilidade urbana, voltada para serviços como transporte público, segurança, iluminação, lazer, infraestrutura, ou seja, equipamentos urbanos e comunitários que priorizem o cotidiano das mulheres.

5.5 RELAÇÃO ENTRE MULHERES E O BAIRRO

A pesquisa de campo levou em consideração as diferentes vivências entre algumas mulheres moradoras do bairro do Barreiro ou que vivenciam o bairro. Foram feitas perguntas para elas levando em consideração seus trajetos, horários e atividades em diferentes momentos do dia, bem como suas dificuldades de acessá-los. Além disso, foi utilizado um mapa para que elas mostrassem seus trajetos.

As moradoras foram escolhidas devido à proximidade que a autora tem com uma amiga no bairro, que apresentou seus familiares que estavam presentes na hora da visita, por isso foi realizada a interlocução somente com os parentes próximos, houve também a tentativa de conversar com as vizinhas em outros dias e horários, porém elas não estavam disponíveis nesses momentos. As entrevistadas possuem idades e atividades distintas em seus respectivos cotidianos, logo, a dinâmica permite conhecer a área de estudo através das experiências das pessoas que habitam ou utilizam.

Além disso, a pesquisa revelou informações de diferentes variáveis dos espaços públicos, que são utilizados ou não, horas de uso, modo de transporte utilizado, e aspectos positivos e negativos, essas percepções trazem propostas de melhoria, e busca entender quais espaços são mais agradáveis que outros, para descobrir lugares estratégicos e traçar mudanças ou propor novos equipamentos, serviços, transportes ou áreas verdes (MUXÍ, 2013).

A seguir, os depoimentos foram divididos por idade, pois foram encontrados padrões de rotina nas faixas etárias mais próximas. A partir daí o relato segue a seguinte ordem: narrativa do seu cotidiano, acesso aos serviços no bairro, acessibilidade e mobilidade, ambientes agradáveis e de lazer e por fim elas dizem o que gostariam que tivesse no bairro.

Interlocução com as moradoras:

A Maria Ecila, possui 60 anos, se autodeclara parda, nasceu na Ilha do Marajó no município de Cachoeira do Ararí, e tem uma casa no Bairro da Sacramento que frequenta até duas vezes no mês, sua casa fica localizada na Passagem Santo Antônio. Quando está no bairro frequenta a casa da irmã, Maria Elci, de 53 anos, se autodeclara branca, residente no Bairro do Barreiro há 29 anos, na Rod. Arthur Bernardes.

Narrativa do cotidiano de Maria Ecila e Maria Elci no bairro:

Para chegar no bairro Maria Ecila vem de Icoaraci, onde pega um ônibus que a deixa na casa da sua irmã, na Rod. Arthur Bernardes, mas quando vai de lá para sua casa ela precisa pegar dois ônibus. O trajeto da casa da irmã para sua casa fica inviável, pois, ela precisa ir andando, devido ao medo de assalto, então ela prefere ir de moto táxi, que é uma opção mais viável para ela já que precisaria pegar dois ônibus se quisesse fazer o mesmo trajeto.

Maria Ecila relata que anos atrás ela vinha caminhando da sua casa para a da irmã, porém ela já foi assaltada, e com o tempo foi ficando mais perigoso. O único momento que ela caminha no bairro, é na ida ao mercadinho acompanhada da irmã, sempre no horário da manhã ou às 18h, quando a movimentação de pessoas está maior e ainda não está muito escuro. A tarde e à noite são os horários que não sai no bairro, procura fazer suas atividades todas pela parte da manhã.

Já a rotina da Maria Elci é cuidar da casa pela parte da manhã e pela parte da tarde trabalhar costurando; também visita alguns parentes moradores do mesmo bairro, no geral não anda muito no bairro, quando vai visitá-los vai acompanhada do marido cedo da noite. Também relata a dificuldade de sair à noite pela falta de iluminação e perigo de assalto, ela relata que as vezes tem um carro da polícia no posto de gasolina em frente à sua casa e isso lhe dá a sensação de um pouco mais de segurança.

Para ir à feira do Barreiro, vai de bicicleta com o marido na maioria das vezes sempre pelo horário da manhã, o trajeto é por dentro do bairro, nesse percurso a acessibilidade é difícil, com asfalto precário e perigo de assalto.

Quando as filhas estudavam ela procurou não as colocar na escola do bairro pois achava bastante perigoso para ir andando. Realiza as compras mensais no supermercado do Umarizal, indo de ônibus e voltando de ônibus.

Serviços:

Tanto Maria Ecila, quanto Maria Elci, sentem falta de uma linha de ônibus que passe por dentro do bairro trajeto para chegar a outra casa, pois a única linha que corta o bairro passa pela Mirandinha somente. Quanto ao serviço de posto de saúde, possui apenas um no bairro, que ambas utilizaram poucas vezes, pois disseram que o atendimento é precário, para cuidar da saúde e comprar remédios elas utilizam o centro da cidade.

A feira mais próxima é localizada no bairro da Sacramenta, chamada de Feira do Barreiro, mas as duas entrevistadas não utilizam muito, pois Maria Elci possui uma pequena taberna na frente de casa utilizada por ambas, mas caso precisem ir na feira, vão caminhando pela parte da manhã e sempre acompanhadas, por conta do perigo de assalto.

Acessibilidade e mobilidade:

A maior reclamação das irmãs é a falta de segurança no bairro, também relataram a quantidade de lixo pelas ruas e a falta de calçada.

Ambientes agradáveis e de lazer no bairro:

No bairro elas não acham nenhum ambiente agradável, a Maria Elcila mencionou a feira do barreiro um lugar mais agradável devido a movimentação. Quanto ao lazer, a Maria Elci relatou que não possui nenhum lugar que ela utilize para essa finalidade, já a Maria Elcila disse que perto da sua casa tem uma praça que frequenta para comer após as 18h horário mais movimentado, mas que procura ficar somente cedo da noite, pois também está perigoso.

Interlocução com as moradoras:

As filhas de Maria Elci, Lana Miranda, de 25 anos e Mahena Miranda, de 28 anos, se autodeclaram negras e moram com ela e o marido.

Narrativa do cotidiano de Lana e Mahena no bairro:

Lana e Mahena são estudantes, a rotina da Lana é passar a manhã pela casa, a partir da tarde ela tem aula no centro da cidade, seu trajeto é pegar um ônibus na Rod. Arthur Bernardes para ir estudar. Quando precisa se locomover para qualquer área longe do centro, precisa pegar mais de um ônibus para ir e voltar para casa.

Chega geralmente cedo da noite em sua residência e já sofreu assalto dentro do ônibus no retorno para casa, também reclama da insegurança no local. As suas únicas atividades dentro do bairro são visitar os parentes que moram perto e comprar açaí perto de casa, que faz caminhando e às vezes utiliza a bicicleta para ir no posto de saúde que fica no Telégrafo.

Já a rotina da Mahena, é ir para o estágio de manhã, passar a tarde em casa e estudar a noite, para se locomover até o estágio precisa pegar dois ônibus na ida e dois na volta, não caminha no bairro sozinha, e o único momento que sai de casa para fazer algo no bairro é ir visitar seus parentes que moram próximo. Além disso, também informou que utiliza ônibus para caminhos curtos pois não se sente segura ao andar pelas ruas, todas utilizam mais o posto de saúde da Vila da Barca.

Lana e Mahena dizem que a iluminação foi um fator importante para se sentirem inseguras no bairro, quando usam a bicicleta reclamam da estrutura das ruas, falta de calçadas o que dificulta a mobilidade. Ambas procuram utilizar o transporte público até certo horário, pois elas se sentem inseguras ao esperar ônibus e já sofreram assédio verbal no local, além disso, a falta de abrigo de ônibus e iluminação torna o local mais perigoso.

A maioria das atividades e serviços usados pela Lana e Mahena é no centro da cidade, não usam nenhum espaço do bairro para lazer e nem reconhecem alguma área como agradável para passar o tempo livre.

Reclamações em comum:

Todas as entrevistadas reclamaram do precário serviço de transporte público dentro do bairro, bem como da falta de abrigos nas paradas de ônibus, além do risco de serem assaltadas que aumenta pela falta de iluminação. Além disso, nenhuma delas acha alguma parte do bairro agradável ou usa algum espaço para lazer.

A seguir na tabela 1, demonstração dos principais pontos vivenciados por elas:

Tabela 1: Vivências das mulheres no bairro do Barreiro.

NOME	IDADE	MEIOS DE LOCOMOÇÃO NO BAIRO	FATORES QUE IMPEDEM A UTILIZAÇÃO DO BAIRO
Maria Ecila	60 anos	ônibus, moto, a pé	<ul style="list-style-type: none"> ● Falta de ônibus que interligue com bairros próximos ● Falta de segurança
Maria Elci	53 anos	ônibus, a pé	<ul style="list-style-type: none"> ● Lixões nas ruas ● Calçadas precárias ● Falta de iluminação ● Falta de segurança
Mahena Miranda	28 anos	ônibus, a pé	<ul style="list-style-type: none"> ● Falta de iluminação ● Falta de segurança ● Falta de iluminação
Lana Miranda	25 anos	ônibus, a pé, bicicleta	<ul style="list-style-type: none"> ● Ciclofaixa precária ● Muros cegos ● Falta de iluminação ● Falta de movimentação ● Falta de iluminação

Elaboração: Autora, 2019.

Figura 15: Trajeto percorrido pelas entrevistadas.

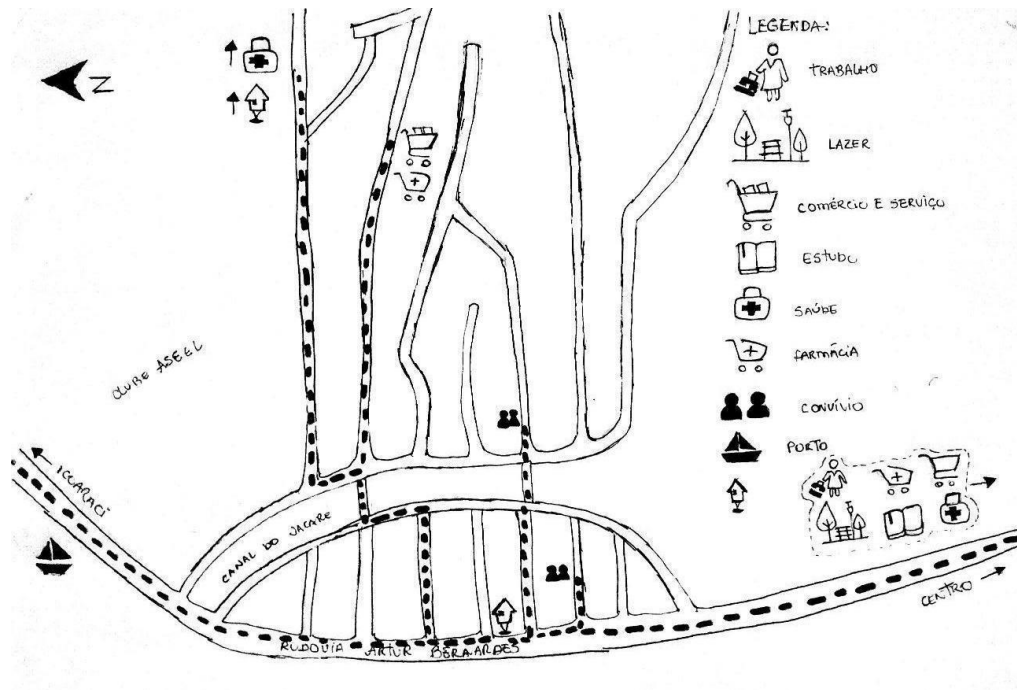


Ilustração: Lana Miranda. Elaboração: Autora, 2019.

As linhas tracejadas demonstram seus percursos dentro e fora do bairro, nas linhas após o canal do jacaré, elas se locomovem a pé para visitar parentes ou para fazer pequenas compras, além disso Maria Ecila pega mototáxi para voltar para sua residência. A Rodovia Arthur Bernardes é a via principal de entrada e saída nessa região do bairro, onde elas pegam ônibus para o centro e para Icoaraci (Figura 15).

Figura 16: Fala das moradoras sobre o que gostariam que tivesse no bairro.



MARIA ELCI - 53 ANOS

EU GOSTARIA QUE TIVESSE UMA PRAÇA NO BAIRRO, PARA CAMINHAR DE DIA, PASSEAR A NOITE. TAMBÉM QUERIA UM HOSPITAL PRÓXIMO.

QUERIA UM ONIBUS QUE ME LEVASSE DA CASA DA MINHA IRMÃ PARA A MINHA. É TÃO PERTO, MESMO ASSIM TENHO QUE PEGAR DOIS ONIBUS.



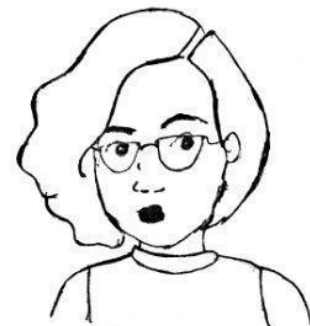
MARIA ECILA - 60 ANOS

ACHO QUE GOSTARIA DE MAIS SEGURANÇA PARA UTILIZAR O BAIRRO, E NÃO FAÇO SÓ DE POLÍCIAMENTO.



MAHENA MIRANDA - 28 ANOS

O BAIRRO PRECISA DE ÁREA DE LAZER, PARECE QUE A PERIFERIA SEMPRE TEM QUE IR PARA BAIRROS CENTRAIS PARA UTILIZAR EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER. A ÚNICA ÁREA VERDE QUE TEMOS FOI PLANTADA PELA PRÓPRIA POPULAÇÃO, NO CANAL.



LANA MIRANDA - 25 ANOS

5.6 ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS:

As entrevistadas não possuem uma relação de convívio com o bairro, a violência, a falta de equipamentos, serviços e lazer próximos, as fazem utilizar mais o centro da cidade para realizar a maioria das suas atividades e para acessar ambientes de lazer. Também não utilizam a rua como um espaço de convívio, pois a falta de qualidade dos espaços públicos contribui ainda mais para a percepção de insegurança quando caminham.

As propostas levaram em consideração essas problemáticas e seguiram as linhas de estratégia que garantem autonomia na vida cotidiana, para que elas se sintam seguras ao caminhar e realizar suas atividades próximo da sua comunidade. E quando não puderem resolver no seu bairro, tenham opções de transporte público variado (MUXÍ, 2013). O conceito da corpografia de Jacques (2008) foi utilizado para entender quais as problemáticas vividas pelas mulheres entrevistadas no bairro e as propostas irão se basear a partir das experiências delas.

Além disso as propostas se dividem em duas vertentes, que são: social e física, pois antes de qualquer intervenção física acontecer é preciso promover a conscientização da própria comunidade nos espaços públicos do seu bairro. É importante entender a partir das pessoas os ambientes que são mais seguros e inseguros, principalmente das pessoas que estão mais vulneráveis a sofrer violências, pois a segurança pública depende mais da coletividade do que da polícia.

VERTENTE SOCIAL:

- **Diversidade de usos:**
 - Incentivar e apoiar o empreendedorismo feminino na comunidade, visto que as mulheres recebem salários menores que dos homens (FAGUNDEZ, 2019);
 - Conscientização da comunidade na promoção de atividades diversas nos espaços públicos pouco utilizados, mantendo assim o olhar vigilante de todos, para os usos da rua;
- **Conectar equipamentos e serviços para serem compartilhados:**
 - Equipar as ruas com espaços de relacionamento, que podem ser realizadas pelos próprios moradores, criando espaços de convívio na frente das casas;
 - Propiciar e incentivar a arborização através da comunidade para fornecer sombreamento, especialmente nas áreas de convívio e no caminho para os equipamentos e serviços, gerando caminhadas com temperaturas mais

agradáveis, inclusive para as mães que carregam seus bebês ao realizar suas atividades cotidianas;

- **Transporte público variado:**

- Planejar rotas e horários de transportes públicos através de processos participativos com a comunidade, levando em consideração os espaços mais utilizados nas tarefas domésticas e cotidianas de quem usa os diferentes equipamentos e serviços inseridos no bairro, assim, tornando acessível a mobilidade de quem precisa se locomover entre regiões vizinhas;

- **Ocupar os espaços:** será que nos protegemos deixando as ruas mais vazias?

- Promover palestras no centro comunitário que envolva a comunidade, redes de escuta que levem em consideração as demandas das mulheres sobre seus cotidianos e dificuldades, para a partir daí conscientizar o olhar vigilante dos moradores nos espaços públicos e assim promover mais segurança nas ruas;
- Propor oficinas que façam visitas de reconhecimento na comunidade, recreativas, culturais, históricas, além de oficinas sobre temáticas de gênero que envolvam homens e mulheres. Para assim promover o sentimento de pertencimento entre os moradores para com o bairro, coletividade, respeito entre os gêneros e corresponsabilidade entre os moradores do bairro;
- Incentivar atividades educativas e cívicas na comunidade para reconhecimento da história, e importância de preservar e revitalizar as áreas verdes inseridas na urbanização;
- Mutirões de ajuda para melhorar as fachadas das casas, desde as cores, elementos visuais, até a diminuição de cercas, isso deixa as ruas mais seguras e agradáveis, melhora o conforto térmico e valoriza o entorno do bairro;
- A limpeza e manutenção dos espaços públicos devem ser responsabilidade de todos, por isso o sentimento de corresponsabilidade nas divisões de tarefas é importante.

Realizar mutirões de limpeza na comunidade e programas de conscientização de coleta e despejo adequado do lixo, para entender a importância da responsabilidade e cuidado coletivo;

- Incentivar manifestações culturais, festas e atividades comunitárias nos espaços públicos, em especial da juventude negra e periférica, sem que sejam reprimidas pela polícia e desburocratizar esses eventos, pois no geral são muito burocráticos e caros;

VERTENTE FÍSICA:**- Diversidade de usos:**

- A centralização dos usos facilitaria que as múltiplas tarefas do dia a dia, realizadas em sua maioria por mulheres, sejam feitas em espaço-tempo curtos. Como exemplo, a construção de escolas próximas de feiras e comércio;
- Grandes extensões de muros altos e terrenos vazios aumentam a insegurança, e são as áreas que mais estão propícias a violência contra as mulheres, pois criam zonas inóspitas. Por isso, é preciso gerar diferentes usos em diferentes horários do dia, para aumentar a movimentação de pedestres e por consequência melhorar a segurança;
- Diversificar o lado ocupado por portos privados e terrenos vazios entre uso residencial e uso comercial, gerando ruas movimentadas e serviços centralizados também nas áreas residenciais, pois assim facilita as tarefas domésticas do dia a dia;
- Identificar, apoiar a rede de pequenas empresas e as residências que fazem uso misto entre atividades econômicas e residenciais;

- Conectar equipamentos e serviços para serem compartilhados:

- Variedade de equipamentos e serviços próximos, para permitir resolver diferentes tarefas no mesmo local, por exemplo, um centro educacional pode estar próximo de uma praça. Isso permite acessibilidade e locais confortáveis de espera que servem para diferentes usos de serviços, além de incentivar a interação entre a comunidade e espaços de lazer;
- Equipar as ruas com espaços de relacionamento, como bancos com proteção para sol e chuva, além de instalações de iluminação nessas áreas pois estas geram maior percepção de segurança e incentivam o uso dos equipamentos e serviços em diferentes horários.

- Transporte público variado:

- Promover iniciativas de mobilidade alternativa na comunidade, como a implementação de uma rede de vans regularizadas, bem como organizar as rotas e horários diários através de aplicativos de trocas de mensagens, com grupos de pessoas interessadas, levando em consideração os espaços mais utilizados nas tarefas domésticas e cotidianas realizadas em sua maioria pelas mulheres;

- A bicicleta é uma alternativa econômica de transporte e muito utilizada nos bairros periféricos, inclusive muitas mulheres utilizam, pois gera autonomia e locomoção rápida nos trajetos diários. Portanto, é importante aumentar o número de ciclovias/ciclofaixas dentro do bairro e nas vias principais que dá acesso as ruas locais;
 - Incorporar vagas de estacionamento e armazenamento de bicicletas próximas de serviços, como escolas, praças, feiras, pontos de ônibus, ou seja, áreas que conectam serviços e equipamentos. Gerando assim autonomia nas atividades que são realizadas na mesma área, e maior percepção de segurança ao realizar as tarefas do dia a dia;
 - Escolher paradas de transporte público pensando na localização dos equipamentos e serviços, novos e existentes, e paradas de ônibus mais próximas, afim de gerar rotas mais seguras e caminhadas menos longas até a residência ou serviços;
 - Projetar paradas de transporte público considerando a visibilidade dos espaços no entorno, pois paradas de ônibus sem visão das laterais facilitam violências, como estupro e assaltos nos horários menos movimentados. Além disso, disponibilizar sistemas de ajuda como um botão de emergência em casos de situações perigosas, afim de acionar unidades de policiamento próximos ao bairro;
 - Projetar paradas de ônibus levando em consideração a proteção de chuva e sol, além de assentos, mapas com rotas acessíveis para os pedestres, e aplicativos que informem o horário caso haja possíveis imprevistos no trânsito, para assim diminuir o tempo de espera;
- **Distância curtas entre diferentes usos:**
- Promover distâncias curtas entre diferentes usos, pois a maioria das atividades são feitas longe do bairro, por falta de infraestrutura nos espaços públicos, isso contribui para a pouca movimentação de pessoas em certos horários e aumenta o espaço-tempo para realização das atividades. A centralização dos diversos usos no bairro, incentiva o trajeto a pé e diminui a dependência de automóveis;
- **Identificação e visibilidade das ruas:**
- Sinalizar através de placas com os nomes das ruas, ou algum sistema que facilite a orientação e a localização dentro do bairro. Esse mecanismo de

sinalização ajudaria na locomoção entre os lugares de forma rápida e estratégica em relação a rotas mais seguras;

- Aumentar a iluminação pública tanto nas vias principais como locais do bairro, isso aumenta a percepção de segurança e inibe possíveis assédios e violências contra as mulheres;
- Adotar níveis, larguras e rampas nas calçadas que levem em consideração as diferentes pessoas que as usam, como pessoas com deficiência (PcD), mães empurrando o carrinho de bebê, cuidadores de pessoas. Além disso, entre esses caminhos podem ter pontos de descanso como assentos;
- Para aumentar a vida social das ruas, locomoção segura dos pedestres, é preciso controlar a velocidade dos veículos, com sinalização horizontal e no piso, faixas de pedestres elevadas, lombadas, entre outras;
- Melhorar a infraestrutura das ruas promove apropriação das pessoas, o que gera maior percepção de segurança, principalmente entre as mulheres que estão sujeitas a diversas violências nos espaços públicos;

- **Ocupar os espaços:**

- Olhar vigilante: equipamentos e serviços podem contribuir para melhorar a percepção de segurança, para isso suas fachadas devem ser mais abertas possíveis, que tenham vistas e atividades voltadas para os espaços públicos próximos;
- Resignificar espaços é recuperar o senso de pertencimento de paisagens, espaços urbanos ou naturais, por exemplo requalificar o Canal do Jacaré e transformá-lo em um espaço de convívio e lazer, para assim ele voltar a ser visto como um rio urbano e não como um canal pelos moradores;
- Plantação de árvores nas ruas: aumenta o conforto ambiental, trazendo sombreamento, e contato com o meio ambiente.

Permitir que os habitantes plantem suas árvores, levando em consideração espécies nativas e adaptadas ao clima, proporcionando aos moradores o sentimento de pertencimento e cuidado com seu entorno, aumenta a drenagem urbana, evitando alagamentos e erosão nos terrenos;

- Criar praças com atividades variadas (esportivas, recreativas, área de horta comunitária, escolas...), para maior diversidade de usos nos espaços públicos;

Figura 18: Proposta de novos equipamentos urbanos parte I.



Elaboração: Heloisa Assis e Autora. Fonte: Google Earth, 2019.

Para uma maior diversidade de usos e ocupação das áreas subutilizadas, localizadas tanto do lado dos portos como também na área do Clube Aseel, a estratégia é que tenham residências mistas, serviços variados, como padaria, feiras, supermercado próximo de uma escola, por exemplo. Pensando nas escolas, estas podem ter pátios abertos fora do horário letivo, para eventos comunitários e recreação, além de salas que podem receber outras atividades no bairro, como oficinas e palestras. Assim, os diferentes usos podem gerar também diversidade de horário, o que aumenta a percepção de segurança nas ruas, visto que vai estar mais movimentada.

O foco é centralizar os equipamentos e serviços próximos das residências, para que as tarefas sejam realizadas em um tempo-espço mais rápido e que sejam feitas com a maior segurança e mobilidade possível entre as moradoras. Além de revitalizar os canais, para que sejam vistos como rios urbanos, e percebidos como um lugar acessível e seguro para as mulheres, para isso, é importante que sejam iluminados, com assentos protegidos do sol e da chuva, arborizados e convidativos para descanso e convívio. Para maior mobilidade é importante áreas com ciclofaixas para os ciclistas, além de calçadas que possam servir para atividades esportivas e de lazer, conectando os moradores com os rios e a natureza em seu entorno (Figura 18).

Figura 19: Propostas de novos equipamentos urbanos parte II.



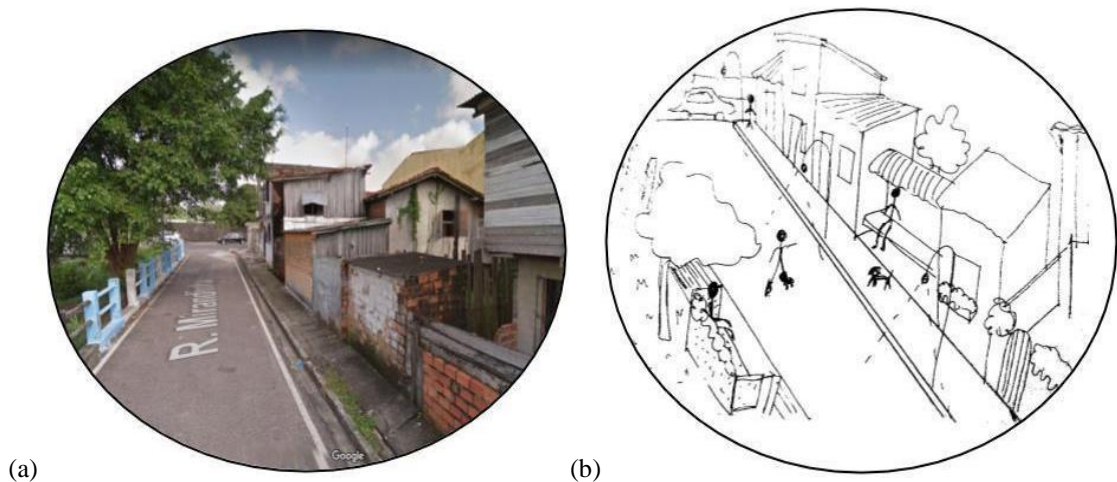
Elaboração: Heloisa Assis e Autora. Fonte: Google Earth, 2019.

Para uma maior centralização do bairro foi sugerido mais uma linha de ônibus, que passem por caminhos como uma escola que já possui no bairro e se conectem com as regiões vizinhas, além dos transportes alternativos, como vans para as áreas que possuem ruas mais estreitas, para que as moradoras não precisem caminhar grandes distâncias sozinhas até os pontos de transporte.

É importante que esses transportes passem pelas ruas principais do bairro como o Canal do Jacaré, e toda a extensão dos canais, pois eles se conectam com as ruas mais estreitas e internas do bairro. Assim como a escolha das paradas de ônibus deve levar em consideração os equipamentos e serviços existentes e também não ter grandes distâncias entre elas.

Praças e parques podem ter diversidade de usos, mesclando áreas de lazer, com serviços como escolas, creches, hospitais, academia, barracas de alimentação, com diversidade de horários. Pois como foi relatado pelas moradoras muitos desses serviços precisam ser feitos no centro, e pela parte da manhã, já que a partir desse horário fica mais perigoso andar pelo bairro, pois tem poucas pessoas caminhando (Figura 19).

Figura 20: (a) Situação na rua do canal; (b) Como poderia ser.



Fonte: Google Maps, 2012. Ilustração: Lana Miranda, 2019.

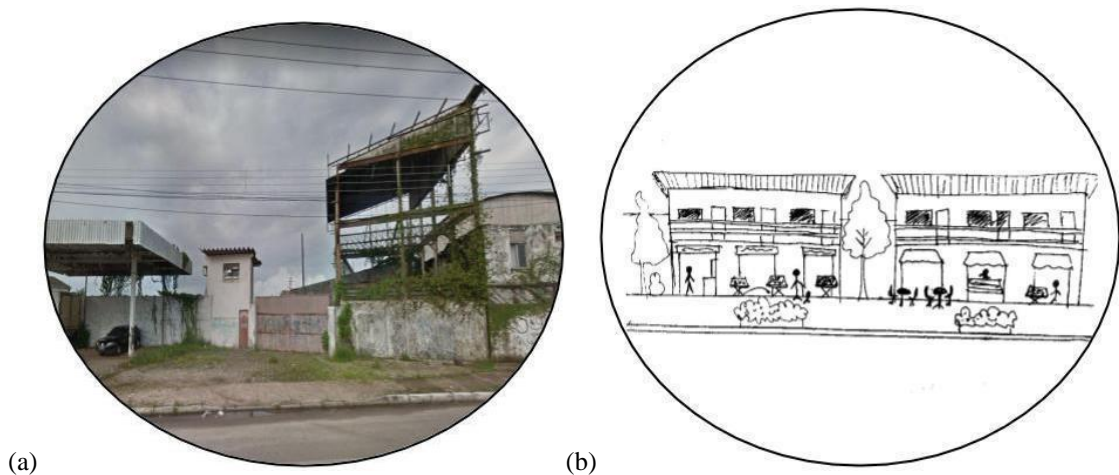
Qual a situação atual?

Atualmente as casas estão desconectadas da rua por medo da violência, o que acaba tornando o espaço vazio, pouco iluminado e propício para assaltos.

Como poderia ser?

A estratégia é tornar as fachadas ativas voltadas para as ruas ao acrescentar equipamentos e serviços que motivem as pessoas a saírem de casa e passem a ter uma relação com a vizinhança e os espaços de convívio em comum, por exemplo a presença de assentos ao ar livre, arborização que possam gerar áreas sombreadas, jardins plantados pelos próprios moradores e iluminação para diversificar o uso em diferentes horários. Estratégias como essas fazem a população voltar os olhos para os espaços públicos, proporciona ruas mais seguras e o sentimento de pertencimento dos espaços que vivem, quando se preocupa em cuidar do ambiente em seu entorno (Figura 20).

Figura 21: (a) Situação na área dos portos; (b) Como poderia ser.



Fonte: Google Maps, 2012. Ilustração: Lana Miranda, 2019.

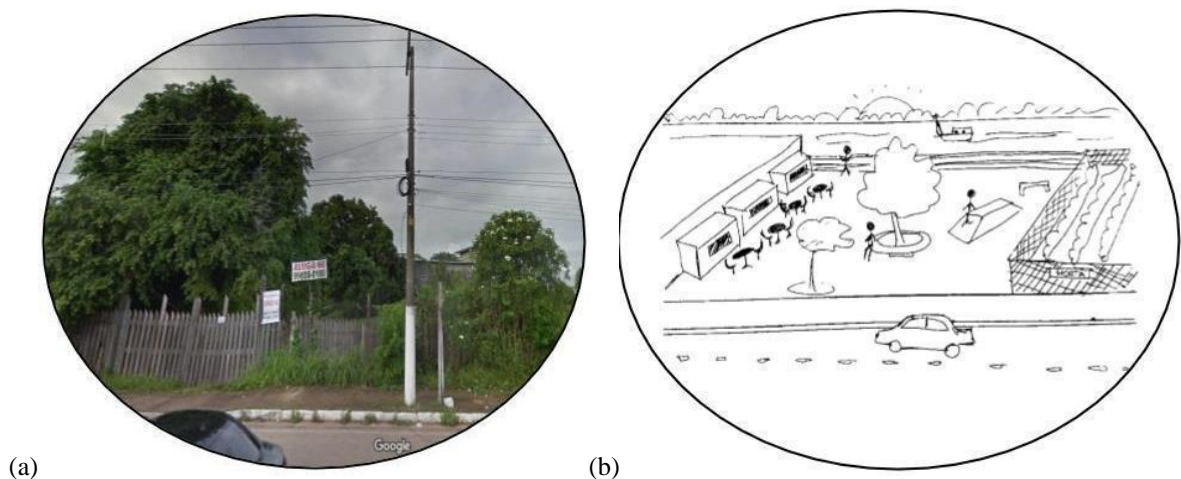
Qual a situação atual?

Atualmente as vistas para o rio na Rod. Arthur Bernardes está repleta de portos, sem diversidade de usos e com terrenos subutilizados, iluminação precária e a noite fica pouca movimentação por conta da insegurança.

Como poderia ser?

A diversidade de usos gera movimentação, qualidade de vida e renda para os moradores, que podem vender desde alimentação, até serviços de lazer, como bares e tabernas e junto mesclar com residências. Os empreendimentos que mesclam com as residências facilitam que mães empreendedoras trabalhem no mesmo espaço da sua residência casa, o que pode lhe trazer qualidade de vida, visto que não vai precisar fazer longas distâncias para trabalhar, além da diversidade de usos no bairro gerar autonomia de tempo-espaço para a realização de outras atividades (Figura 21).

Figura 22: (a) Situação nos terrenos subutilizados no litoral; (b) Como poderia ser.



Fonte: Google Maps, 2012. Ilustração: Lana Miranda, 2019.

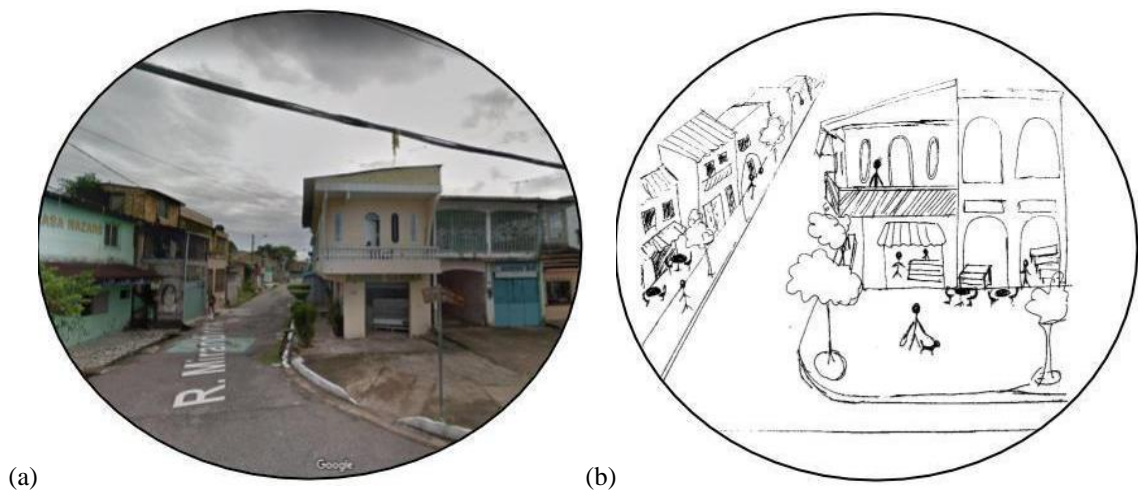
Qual a situação atual?

Grande parte da Rod. Arthur Bernardes que fica em frente ao Bairro do Barreiro é ocupada por portos, posto de gasolina e terrenos subutilizados, que segundo as moradoras geram ambientes soturnos e perigosos, e também impedem que elas tenham vista para o rio.

Como poderia ser?

A vista para o rio deveria ser a ligação que os moradores têm com a natureza, para propiciar um ambiente agradável de lazer e convívio entre a comunidade. Os terrenos subutilizados poderiam servir de praças e parques ambientais, e dentro deles podem haver diversidade de equipamentos e serviços, que busquem trazer as mulheres para esses espaços, como por exemplo, propiciando o incentivo ao esporte, e uso desses espaços que são geralmente utilizados por homens, com áreas de recreação para os filhos, entre outras iniciativas que possam incentivar a inclusão delas nos espaços públicos da cidade. Além disso, pode haver hortas comunitárias, áreas destinadas a cursos que trazem temáticas como empreendedorismo feminino, estratégias como essas podem gerar autonomia financeira para as mulheres que se encontram em vulnerabilidade (Figura 22).

Figura 23: (a) Situação no lado oposto aos portos; (b) Como poderia ser.



Fonte: Google Maps, 2012. Ilustração: Lana Miranda, 2019.

Qual a situação atual?

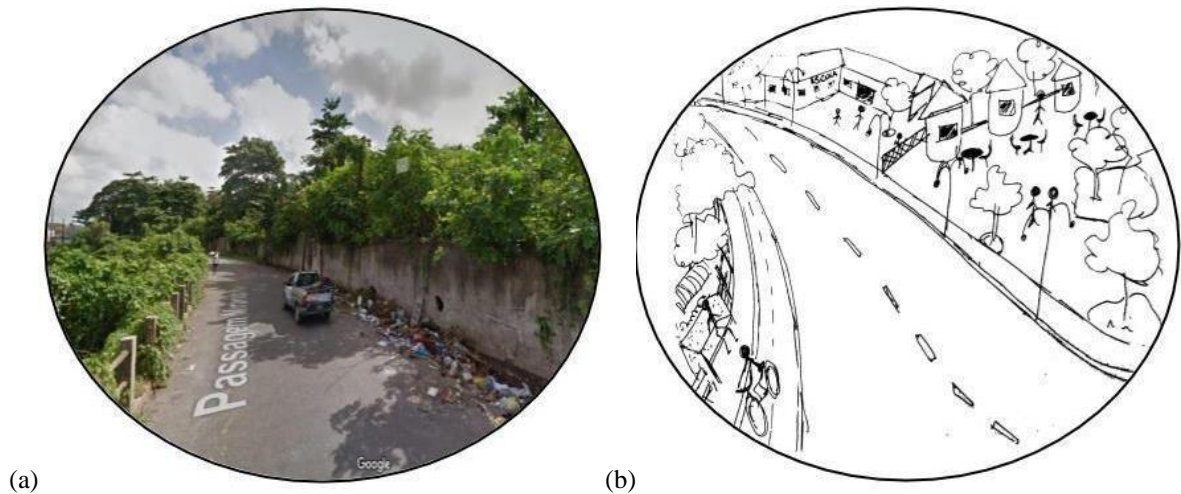
O bairro já possui algumas residências de uso misto, como pequenos comércios, vendas de comidas, frutas e verduras e alguns bares, mas eles geralmente não estão centralizados e durante a noite muitos fecham cedo pelo medo de assalto.

Como pode ser?

A diversidade entre residências e residências de usos mistos, gera ambientes mais seguros e com diversidade de serviços, alinhar isso aos equipamentos urbanos, como iluminação, assentos

nas calçadas, pequenas praças de bairro, além de gerar mais segurança em diferentes horários, incentiva o empreendedorismo na comunidade, e movimenta a renda dentro do bairro (Figura 23).

Figura 24: (a) Situação ao lado do Canal do Jacaré; (b) Como poderia ser.



Fonte: Google Maps, 2012. Ilustração: Lana Miranda, 2019.

Qual a situação atual?

O perímetro que engloba o Canal do Jacaré e toda a extensão do muro pertencente ao Clube Aseel, é uma das áreas que as moradas relataram sobre a insegurança e a quantidade de lixo jogada próxima do muro, por isso é uma área crítica tanto em acessibilidade como em segurança, a noite a iluminação é precária e os riscos de assalto e estupro aumentam.

Como pode ser?

Os terrenos subutilizados que possuem muros altos e cheios de focos de lixo, trazem riscos à população e mais ainda as mulheres que correm perigos tanto de dia como de noite, pois são terrenos vazios e sem uso. A estratégia é criar uma área multiuso, que valorize a arborização já existente, com serviços que estão em falta para o bairro, como áreas de lazer, esporte, cultura, educação e de saúde para toda a comunidade (Figura 24).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como pilar a democratização ao acesso dos equipamentos e serviços urbanos que são historicamente excluídos dos bairros periféricos, e que por conta disso restringem o acesso à cultura, educação, lazer, saneamento e segurança que é direito de todos. Privando assim, a vida das mulheres que sofrem violência de gênero, especificamente as mulheres pobres, que são em sua maioria não brancas, mães solas e majoritariamente residem no bairro que foi objeto de estudo deste trabalho.

A conscientização e participação da comunidade em todo o processo de melhoria do bairro é imprescindível para tornar os espaços públicos mais seguros para todos, pois o medo da violência faz com que a população perca o vínculo com o bairro, como consequência gera precariedade de equipamentos e ausência dos espaços de uso em comum (MUXÍ, 2013).

O simples fato de ter iluminação e movimentação de pessoas em uma rua já pode inibir um possível assalto ou violência contra a mulher. Isso pode ser evidenciado a partir do acesso de equipamentos urbanos, como assentos para convívio, fachadas voltadas para a rua, centralização de serviços, farmácias, padarias e escolas, tornando o espaço público mais vivo e seguro.

Entender que o planejamento urbano está diretamente ligado em como as mulheres irão vivenciar cotidianamente a cidade foi de suma importância para prosseguir com essa pesquisa. Suas experiências corpográficas (JACQUES, 2008), traçam soluções e estratégias para problemas que estão inseridos na maioria dos bairros da periferia.

Para realizar intervenções urbanas é preciso que o profissional do urbanismo, se aproxime das experiências cotidianas vividas pelas pessoas que caminham pela cidade. Portanto, ao trazer as demandas das mulheres que vivem no Bairro do Barreiro, percebe-se como a violência as inibe de sair de casa e isso aumenta pela falta de infraestrutura que a rua tem. Por isso, a vida social está cada vez mais se distanciando dos espaços urbanos, gera ambientes vazios de pessoas e propícios a violência (ANDERSON, 1986).

Dentro e fora do meio acadêmico é importante ter discussões que levem em consideração a realidade da maioria das mulheres que vivem nas periferias e estão sujeitas a diversas violências nos espaços públicos. Desta forma, o trabalho refletiu e evidenciou que a arquitetura e o urbanismo, tem papel imprescindível para as discussões e estratégias através do olhar de gênero na cidade.

7 REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Stanford. **On Streets**. 1. ed. England: The MIT, 1986. 416 p. v. 1. ISBN 0-262-51039-1.
- ACTIONAID. “**Brasil lidera assédio de mulheres em espaço público**”. 2016. Disponível em: <http://actionaid.org.br/noticia/brasil-lidera-assedio-de-mulheres-em-espaco-publico/>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- ANJOS, Anna Beatriz & ARRAES, Jarid. “As 10 propagandas mais machistas e racistas do último ano”. 2015. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/as-10-propagandas-mais-machistas-e-racistas-do-ultimo-ano/>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- ALEXANDRIA, Lissa De. “1º Festival de Cinema das Periferias visa democratizar acesso e produção cinematográfica no Pará”. 2019. Disponível em: <https://www.romanews.com.br/entretenimento/1o-festival-de-cinema-das-periferias-visa-democratizar-acesso-e/59372/>. Acesso em: 05 nov. 2019.
- ALMEIDA, Alexandre Paz. Uma análise sobre sociabilidade, cotidiano e vizinhança em um bairro popular de João Pessoa-PB. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 9, 2011.
- BENEVIDES, Bruna G. & NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê: Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexual no Brasil em 2018**. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte & LIMA, José Júlio Ferreira. **Belém: transformações na ordem urbana**. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.
- CARDOSO, Ana; FERNANDES, Danilo; BASTOS, Ana; SOUSA, Cleidianne. **A Metrópole Belém e sua centralidade na Amazônia Oriental Brasileira**. EURE (Santiago). v. 41, n. 124. p. 201-223, 2015.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **O Espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2007.
- CIOCOLETTO, Adriana; FONSECA, Marta; ORTIZ, Sara. La perspectiva de género en el urbanismo y los efectos diferenciados del subúrbio. In: MUXÍ, Zaida. **Postsuburbia: rehabilitación de urbanizaciones residenciales monofuncionales de baja densidad**. Barcelona: Comanegra, 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>. Acesso em: 12 jun. 2019.

CAU/RS. “Cidade e desigualdades: uma perspectiva de raça e gênero”. 2017. Disponível em: <https://www.cauris.gov.br/cidade-e-desigualdades-uma-perspectiva-de-raca-e-genero/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CYMBALISTA, Renato; DE MENEZES CARDOSO, Patrícia; SANTORO, Paula Freire. Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade. **São Paulo: Instituto Pólis**, 2011.

DANTAS, Rafael. “Cidade pensada por elas”. 2019. Disponível em: <http://revista.algomas.com/exclusivas/cidade-pensada-por-elas>. Acesso em: 22/07/ 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

FAGUNDEZ, Ingrid. “Mulheres sobrecarregadas e homens desempregados: famílias brasileiras chegam a 2019 ainda em crise”. BBC News Brasil, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46642273>. Acesso em: 09 jul. 2019.

FEDERAL, SENADO. Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais. **Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência**, N. 1, 2016.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FRANCO, Luiza. Violência contra a mulher: novos dados mostram que 'não há lugar seguro no Brasil'. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>. Acesso em: 12 jun. 2019.

FREITAS, Ana. “Por que cidades feitas para mulheres são mais igualitárias”. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/06/Por-que-cidades-feitas-para-mulheres-s%C3%A3o-mais-igualit%C3%A1rias>. Acesso em: 09 jul. 2019.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). Fórum Brasileiro de Segurança Pública (ed.). **Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil**. 1. ed. Brasil: Datafolha, 2017. Livreto. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>.

Acesso em: 26 jun. 2019.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; GOVERNO FEDERAL (Brasil). Fórum Brasileiro de Segurança Pública (ed.). **Atlas da violência**. 1. ed. Brasil: [s. n.], 2019. Livreto. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp->

content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

GUIMARÃES, Pedro Paulino. **Configuração Urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização**. São Paulo: ProLivros, 2004.

IBGE. Estatísticas de Gênero Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

IBGE (BRASIL). Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo - Características da População e dos Domicílios. In: GOVERNO FEDERAL (BRASIL). IBGE (org.). **Censo Demográfico 2010**. Brasil, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios>. Acesso em: 8 jan. 2020.

INDOVINA, Francesco. O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança. **Cidades, comunidades e territórios**. n.5, p.119-123, 2002.

IPEA. “Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos”. 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526. Acesso em: 25 jun. 2019.

ITO, Carol. “A Cidade Ideal das Mulheres”. Revista Trip, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/arquitetura-e-planejamento-urbano-a-cidade-ideal-das-mulheres>. Acesso em: 05 jul. 2019.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. **Arquitextos**, v. 08, n. 093.07, 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>. Acesso em: 05 nov. 2019.

LADY DRIVER. “Mas o que é a Lady Driver?”. 2017. Disponível em: <https://www.ladydriver.com.br/blog/mas-o-que-e-a-lady-driver/#more-187>. Acesso em: 22 jul. 2019.

LEITE, Rogério Proença. Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 83, p. 35-54, 2008.

LISBOA, Vinicius. “Ipea: homicídios de mulheres cresceram acima da média nacional”. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/ipea-homicidios-de-mulheres-cresceram-acima-da-media-nacional>. Acesso em: 26 jun. 2019.

MARTINS, Helena. “Hortas comunitárias alteram espaço público e estimulam contato com a natureza”. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2014-11/producao-de-horta-comunitaria-estimula-novas-relacoes-na-cidade-e-com-natureza>. Acesso em: 11 out. 2018.

MUXÍ, Zaida. **Postsuburbia: rehabilitación de urbanizaciones residenciales monofuncionales de baja densidad**. Barcelona: Comanegra, 2013.

OBSERVATÓRIO DE GÊNERO. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres. S/D. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>. Acesso em: 12 jun. 2019.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. 1. ed. São Paulo: ANPUR/PPGAU-UFBA, 2019. 306 p. ISBN 978-65-80485-01-7.

PRINZ, Dieter. **Urbanismo I: Projeto Urbano**. Editora: Editorial Presença, 1980.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. A respeito de morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. **Acta Scientiarum. Technolog**. Maringá: v. 33 n. 2, p. 123-127, 2011.

RODRIGUES, Clarice Fernandes. A mulher no espaço público – Uma reflexão acerca do processo de urbanização contemporâneo e da (não) participação das mulheres na produção do espaço. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503025557_ARQUIVO_Amulhe_rnoespacopublico_ClariceFR.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

RODRIGUES, R. M.; LIMA, J. J. F.; PONTE, J. P. X.; BARROS, N. S.; & LOPES, R. S. N. Urbanização das Baixadas de Belém-PA: Transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. In: XV ENANPUR. Belém, 2018.

REDAÇÃO LADO A. “Brasil concentra mais da metade dos assassinatos de LGBTs no continente segundo OEA que prepara relatório”. 2014. Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2014/02/brasil/homofobia-no-brasil-um-lgbt-morto-cada-28-horas-em-2013/>. Acesso em: 05 jul. 2019.

SANTOS, Milton de Almeida. Por uma Geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, RS, 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350>. Acesso em: 4 nov. 2019.

SIMMEL, Georg, 1858-1918. **A Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SÓTER, Gi & MAIA, Caio. Pará registra aumento de 20% nos casos de feminicídio e mais de 19 mil ocorrências de agressão contra a mulher. 08 de mar. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/03/08/para-registra-aumento-de-20-nos-casos-de-feminicidio-e-mais-de-19-mil-ocorrencias-de-agressao-contr-a-mulher.ghtml>. Acesso em: 14 jun. 2019.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. Ambiente doméstico concentra maior número de assassinatos de mulheres no mundo, aponta relatório do UNODC. **Escritório de Ligação e Parceria no Brasil**, [S. l.], p. 1, 25 nov. 2018. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2018/11/ambiente-domstico-concentra-maior-nmero-de-assassinatos-de-mulheres-no-mundo--diz-onu.html>. Acesso em: 2 mar. 2019.

VIX. Lady's Taxi: cooperativa criada e composta só por mulheres é sucesso absoluto. 02 de mar. de 2016. Disponível em: <https://www.vix.com/pt/bdm/de-carona/ladys-taxi-cooperativa-criada-e-composta-so-por-mulheres-e-sucesso-absoluto>. Acesso em: 22 jul. 2019.